JONATAN RAFAEL DE SOUZA MELLO

# A nação das batinas: a construção de um nacionalismo católico nas trincheiras ideológicas da Primeira República

Assis
2023

**JONATAN RAFAEL DE SOUZA MELLO**

# A nação das batinas: a construção de um nacionalismo católico nas trincheiras ideológicas da Primeira República

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para obtenção do título de mestre em História (Área de Conhecimento: História das Religiões).

Orientador(a): Dr. Ricardo Gião Bortolotti

ASSIS

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ana Cláudia Inocente Garcia - CRB 8/6887

S729n

Souza Mello, Jonatan Rafael de
A nação das batinas : a construção de um nacionalismo católico nas trincheiras ideológicas da Primeira República / Jonatan Rafael de Souza Mello. — Assis, 2023
90 f.

Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Dr. Ricardo Gião Bortolotti

1. Igreja Católica. 2. Nacionalismo. 3. Brasil - Política e governo - 1889-1930. I. Título.

**ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE JONATAN RAFAEL DE SOUZA MELLO, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS - CÂMPUS DE ASSIS.**

Aos 21 dias do mês de julho do ano de 2023, às 14:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de JONATAN RAFAEL DE SOUZA MELLO, intitulada **A nação das batinas: a construção de um nacionalismo católico nas trincheiras ideológicas da Primeira República**. A Comissão Examinadora foi constituida pelos seguintes membros: Prof. Dr. RICARDO GIÃO BORTOLOTTI (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de História / UNESP/FCL - Assis/SP, Prof. Dr. MAURÍCIO DE AQUINO (Participação Virtual) do(a) UENP/Jacarezinho - PR, Prof. Dr. ROMUALDO DIAS (Participação Virtual) do(a) UNESP/IB - Rio Claro/SP. Após a exposição pelo mestrando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final: APROVADO. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Prof. Dr. RICARDO GIÃO BORTOLOTTI

**Agradecimentos**

Um dia numa conversa com um bom colega de trabalho, a seguinte frase surgiu: “Pessoas ingratas não sabem ajudar. Quem não reconhece o valor de uma ajuda, consequentemente não sabe ajudar.” A nobreza e a singularidade dos que me ajudaram a elaborar esta pesquisa não permitem que golpes de memória condenem ao obscurantismo, aqueles responsáveis diretos por uma grande conquista na minha vida.

Agradeço à minha tia Clivia e à minha avó Cleide, por terem me oferecido condições para que eu pudesse estudar.

Agradeço os professores António José Santos e Renato Denadai. O primeiro, por me ajudar a ser um professor de história melhor e mais malicioso, o segundo, porque despertou em mim o desejo de ser um historiador, me ajudando a ser um pesquisador. Agradeço muito ao professor Adriano Pereira, por suas fabulosas aulas de filosofia, cujas explanações que despertaram-me o desconforto cético necessário para ser, irreversivelmente, conquistado pela disciplina.

Agradeço aos professores Ivan Esperança Rocha e Mauricio de Aquino, pela atenção e pelos comentários que em muito contribuíram na etapa da qualificação desta pesquisa.

Agradeço a professora Tania Regina de Luca, por confiar na minha pesquisa. Sou imensamente grato a meu orientador, Ricardo Gião Bortolotti pela paciência, pelas orientações, pelos ensinamentos, por confiar na minha pesquisa e pela sempre gentil atenção dispensada. Agradeço ao professor Romualdo Dias, pela gentileza e pela disposição em me ajudar a encontrar as fontes deste estudo. Agradeço também ao Monsenhor Jamil Nassif Abib, pela hospitalidade e por ter possibilitado que eu frequentasse sua casa, dispondo de seu arquivo pessoal para esta pesquisa ser feita.

Todos os nomes acima destacados contribuíram de forma direta tanto para execução desta pesquisa quanto, para outros momentos de minha trajetória acadêmica. Sou grato a todos os nomes acima citados por toda ajuda, porém convém destacar dois nomes que prestaram a minha pessoa apoios e ajudas

raramente encontradas nos tempos contemporâneos, - a caridade e a compaixão prestadas pelas duas senhoras que serão citadas, lembram os tempos bíblicos. Os dois nomes a seguir foram essenciais e indispensáveis para minha vida pessoal, profissional e intelectual, e estes nomes são: a elegante e nobre professora Dinamene (vulgo Dina), e da minha briosa e amada mãe, dona Regina.

A egrégia professora Dina, dona de casa, mãe de três filhos, professora e diretora, dividiu comigo tempo que não dispunha, pois sempre estava submersa em tarefas e em labutas fatigantes. Mesmo à mercê de uma rotina extenuante de trabalho, a distinta senhora me ensinou a ler, a escrever, a pesquisar, a buscar a excelência, colocando-me postado rente a ti para corrigir meus textos, dispensando a mim ensinamentos do mais variados. Agradeço muito por ter a digníssima professora Dina em minha vida!

Por último, porém não menos importante, agradeço à minha mãe Regina. Agradeço por confiar em mim, por apoiar minhas pesquisas, meus estudos, mesmo sem saber (pelo baixo nível de escolaridade) qual a relevância de tais atividades para minha vida pessoal e profissional. Agradeço por cada viagem feita até São Paulo para buscar roupas para vender, agradeço por cada pé de laranja ou café colhidos na roça, agradeço por cada faxina feita para me dar a oportunidade de estudar e honrar seu esforço.

**Resumo**

Esta pesquisa visa estudar fenômenos nacionalistas no Brasil. Num primeiro momento, após um debate sobre autores que trabalham com o conceito de nacionalismo, e até mesmo autores que trabalham com o fenômeno dentro da historiografia brasileira, definiu-se que o conceito de nacionalismo defendido por Hobsbawm será a ferramenta metodológica e teórica norteadora deste estudo. Analisando as pastorais coletivas católicas após a queda do Império, observam-se esforços de estruturação e hierarquização do clero católico brasileiro. Mesmo em meio a uma série de regulamentações expressadas pela Igreja Católica brasileira após o fim do padroado, é possível constatar nos discursos clericais católicos fortes expressões de nacionalismo. A ideia de uma nação católica, de que a nacionalidade brasileira foi fundada pelo catolicismo, é expressa desde a primeira pastoral coletiva, em 1890. Tal ideia foi difundida por toda a Primeira República, em conjunturas diferentes, porém após 1916 pode-se observar o nacionalismo católico defendendo a tese de uma nação católica de forma mais enfática na esfera política. Segundo a Igreja, nacionalismo e catolicismo andavam juntos, nação brasileira e Igreja Católica eram indissociáveis e o catolicismo é a alma do povo, portanto, deveriam ser soberanos em todo território nacional, em oposição as ideias e grupos avessos a religião Católica. Ao definir que o que seria a nação por meio de um discurso nacionalista, logo definia-se também o que não era a nação, e que por isso, deveria ser expiado da vida brasileira.

Summary

This research aims to study nationalist phenomena in Brazil. At first, after a debate on authors who work with the concept of nationalism, and even authors who work with the phenomenon within Brazilian historiography, it was defined that the concept of nationalism defended by Hobsbawm will be the guiding methodological and theoretical tool of this work. Analyzing Catholic collective pastorals after the fall of the Empire, efforts to structure and hierarchize the Brazilian Catholic clergy are observed. Even in the midst of a series of regulations expressed by the Brazilian Catholic Church after the end of the patronage, it is possible to observe strong expressions of nationalism in Catholic clerical discourses. The idea of a Catholic nation, that the Brazilian nationality was founded by Catholicism, is expressed since the first collective pastoral, in 1890. Such an idea was spread throughout the First Republic, in different circumstances, but after 1916 one can observe Catholic nationalism defending the thesis of a Catholic nation more emphatically in the political sphere. According to the Church, nationalism and Catholicism went together, the Brazilian nation and the Catholic Church were inseparable and Catholicism is the soul of the people, therefore, they should be sovereign throughout the national territory, in opposition to ideas and groups averse to the Catholic religion. By defining what the nation would be through a nationalist discourse, soon it was also defined what the nation was not, and that, therefore, should be atoned for in Brazilian life.

Résumé

Cette recherche vise à étudier les phénomènes nationalistes au Brésil. Dans un premier temps, après un débat sur les auteurs qui travaillent avec le concept de nationalisme, et même les auteurs qui travaillent avec le phénomène au sein de l'historiographie brésilienne, il a été défini que le concept de nationalisme défendu par Hobsbawm sera l'outil méthodologique et théorique directeur de ce travail. En analysant les pastorales collectives catholiques après la chute de l'Empire, on observe des efforts de structuration et de hiérarchisation du clergé catholique brésilien. Même au milieu d'une série de réglementations exprimées par l'Église catholique brésilienne après la fin du padroado, il est possible d'observer de fortes expressions de nationalisme dans les discours cléricaux catholiques. L'idée d'une nation catholique, que la nationalité brésilienne a été fondée par le catholicisme, s'exprime depuis la première pastorale collective, en 1890. Cette idée s'est répandue tout au long de la Première République, dans des circonstances différentes, mais après 1916 on peut observer le catholique le nationalisme défendant plus catégoriquement la thèse d'une nation catholique dans la sphère politique. Selon l'Église, le nationalisme et le catholicisme allaient de pair, la nation brésilienne et l'Église catholique étaient inséparables et le catholicisme est l'âme du peuple, par conséquent, ils devraient être souverains sur tout le territoire national, en opposition aux idées et aux groupes opposés au catholique religion. En définissant ce que serait la nation à travers un discours nationaliste, on a bientôt aussi défini ce que la nation n'était pas, et cela, par conséquent, devrait être expié dans la vie brésilienne.

**Sumário**

**01. Introdução e periodização.....12**
**02. Primeiro capítulo: O clero nacionalista.....19**
2.1 Debate sobre o nacionalismo e os caminhos de análises do discurso católico.....20
2.2 Quem eram os nacionalistas.....33
2.3 Conclusão do capítulo.....36
**03. Restruturação e características do nacionalismo (1889-1916)**.....38
3.1 A Igreja Católica antes de 1889.....39
3.2 Bestializados.....43
3.3 A estruturação do clero.....44
3.4 A tradição e o passado da pátria católica.....51
3.5 O nacionalismo de Pe. Julio Maria.....61
3.6 Conclusão do capítulo.....66
**04. O combate pela nação das batinas (1916-1930).....68**
4.1 O mundo apocalíptico e a Igreja Católica se revigorando.....69
4.2 Dom Leme e o nacionalismo Católico.....72
4.3 Nacionalismos católicos.....74
4.4 Conclusão do capítulo.....80
**05. Conclusão.....82**
**06. Referências.....87**

## 1. Introdução e periodização

Desde o dia 30 de outubro de 2022 até o início do corrente ano de 2023, após o resultado das eleições, vários brasileiros tomaram as ruas, as portas de quarteis, e se acotovelaram nas redes sociais arrogando, entre muitas outras questões, a defesa da nação, da família e de Deus, se autoproclamando patriotas. Entre os mais variados grupos, podemos notar em grande quantidade os que, ao se manifestarem, diziam estar defendendo princípios cristãos, em detrimento dos ganhadores da eleição, que segundo os manifestantes, eram avessos à pátria, à família à cristandade nacional e aos bons costumes.

Braudel abordou a dificuldade de historiadores em trabalhar com o tumultuoso tempo presente, sendo ele (o tempo presente) melhor manuseado por jornalistas e sociólogos. (BRAUDEL, 1990). Ciente de tais alertas efetuados por Braudel, não faremos aqui a história dos acontecimentos recentes narrados acima, eles apenas foram mencionados para mostrarmos que, no Brasil, grupos que historicamente ligados a bandeiras nacionalistas, escorados em moralismos religiosos, buscam incessantemente defender seus interesses ou atacar opositores.

Nossa pesquisa visa estudar o nacionalismo presente em membros dos mais altos postos da hierarquia católica brasileira, procurando mostrar suas concepções de nação, de povo brasileiro, e consequentemente, o que consideravam antipopular, antinacional, isso dentro do espaço cronológico de 1889 a 1930. Dito isso, convém apresentar de forma mais detida, o recorte cronológico adotado neste trabalho, explicitando também sua justificativa.

O historiador francês Jacques Le Goff, em seu livro *História e Memória* (2003), discute, logo no primeiro texto, (dos dez capítulos que compõem a obra), a importância do tempo, da datação e, em nosso caso em especial, da periodização na história. Para o autor francês, o historiador deve sempre respeitar o tempo, pois, sob diversas formas, ele compõe a história e “[...] deve fazer corresponder seus quadros de explicação cronológica à duração do vivido.” (LE GOFF, 2003, p. 47). Datar é uma tarefa fulcral para historiadores, e traz no seu bojo aquilo que é nosso foco neste estágio da introdução: a periodização.

A periodização é delineada pelos historiadores partindo das suas constatações empíricas, isto é, do contato com as fontes. Trata-se de uma tarefa que pretende contribuir para a compreensão de que a história não é imóvel, tão pouco constante movimento. O procedimento consiste em colocar em relevo mudanças significativas, distinguir períodos constatados pelo historiador baseados nos seus objetos de análises. (LE GOFF, 2003).

O recorte desta pesquisa limita-se aos anos de 1889-1930, e, claro, que está datação é o foco, porém é presumível retrocessos e avanços neste recorte para melhor elucidação do que se pretende neste estudo. A justificativa deste recorte não é diferente de inúmeros outros estudos a respeito da Igreja Católica no Brasil da Primeira República.

Na segunda metade do século XIX, a Igreja Católica brasileira passou por grandes reformulações, gerando uma certa fricção nas entranhas da instituição. A título de exemplo podemos citar o embate entre este os conservadores ultramontanos e “clero liberal” ou “laicato” (GOMES, 2006, p. 62-63; MELO, 2006, p. 51-52). Mas a queda do Império inseriu a Igreja Católica brasileira numa conjuntura sem precedentes na história nacional. Em 15 de novembro de 1889, os homens de batina acordaram sob a proteção do Império, e dormiram em aflita agonia, sem saber qual seria seu futuro.

A crença de que o Império era atrasado, obsoleto e a antítese do progresso nacional (CARVALHO, 1990), associado a ideologias francas e reciprocamente opositoras ao clero, fez com que a Igreja, na medida em que o embrião da República fosse sendo germinado, mirasse num horizonte cada vez mais perto, a rejeição da proximidade que gozava no regime monárquico. (OLIVEIRA ROSA, 2011, p. 48). O afastamento foi progressivo a partir dos decretos de janeiro de 1890 e a nova constituição, promulgada em 1891. Neste momento à Igreja Católica retirou-se da esfera de ação do Estado brasileiro, concedendo à instituição romana e as demais formas de cultos, plena liberdade, afastando-as de qualquer vínculo ou apadrinhamento estatal.

Não só as condições políticas nacionais, em relação à Igreja Católica e às suas derivações, tiveram mudanças significativas após o 15 de novembro de 1889, mas, internamente houve um esforço de adequação e principalmente,

reestruturação interna. A pastoral coletiva de 19 de março de 1890 é prova desta contundente alteração. De acordo com a referida pastoral, no que diz respeito sobre as novas condições impostas:

> Acabamos de assistir a um espectaculo, que assombrou o universo; a um d'esses acontecimentos, pelos quaes dá o Altissimo, quando lhe apraz, lições tremendas aos povos e aos reis: um throno afundado de repente no abysmo, que princípios dissolventes, medrados á sua sombra, em poucos anos lhe cavaram!
>
> Desappareceu o throno...
>
> E o altar? O altar está em pe, amparado pela fé do povo e pelo poder de Deus. O altar está em pé, todo embalsamado com odor do Sacrificio, sustentado a Cruz, sustentado o Tabernaculo, onde o Thesouro dos Thesouros, o que há mais puro no Christianismo, centro radioso, d'onde brotam incessantemente as enchentes da vida, da misericórdia, da salvação; os confortos, as luzes, as graças que santificam as almas, as influencias divinas e mysteriosas que fundam a família, que dão esposos, pais, filhos, - ornamento, força e gloria da própria sociedade civil. (PASTORAL COLETIVA, 1890, p. 03-04).

Passado a assombrosa constatação narrada pelo documento, há, no curso do texto, mais passagens que evidenciam a excentricidade do contexto histórico, a novidade enfrentada pelos homens de batina após a publicação do decreto 119-A. Diz a pastoral de 1890:

> Hoje, tractando-se de fundar nova fórma de governo sobre as ruinas da monarchia, tractando-se de realizar uma obra colossal de reorganização social e politica mais difícil que a primeira, afastam-te, ó Mãi bemdicta, para bem long, e não querem mais ter comtigo o menor contacto, nem ouviu os conselhos da eterna sabedoria que estão manando teus lábios! Mas ao menos, assim deixada, respirarás livre? (PASTORAL COLETIVA, 1890, p. 42).

A liberdade questionada no término do último fragmento será discutida adiante. Por ora o fulcro aqui consiste em expressar que a primeira pastoral, em si, já era um marco, uma vez que (além de tudo que já foi explanado), é o primeiro documento coletivo divulgado pelo episcopado nacional reunido, e em seu

conteúdo, a pastoral visava expressar os nortes (direções definidas pelo episcopado sem intervenção do monarca) que a igreja brasileira deveria adotar, tanto institucionalmente, quanto socialmente, para justamente enfrentar as novas conjunturas do período. Com mais vagar, este período será discutido a frente.

Já foi discutido até o momento o recorte de 1889. Agora, será justificado aqui o limite de 1930, com destaque para as relações internas e externas exercidas pela Igreja Católica.

No final dos anos 1920, a Igreja Católica brasileira gozava de condições radicalmente distintas das que estava submetida no final dos anos 1880. Institucionalmente, os homens de batina nutriam, na virada da década de 1920 para 1930, grande organização institucional, vultosos efetivos de membros (se comparado ao número de clérigos nos anos 1880, claro), prelazias e paroquias, capilaridade discursiva perante a sociedade, e mais prestígio rente as elites políticas do período. (MICELI, 1988; OLIVEIRA ROSA, 2011, p. 252).

No que tange às relações políticas e sociais da Igreja Católica brasileira, as circunstâncias políticas após outubro de 1930 mudaram drasticamente, deixando a Igreja Católica brasileira naquele contexto, mais próxima do Estado, - diferente do pós 1889. Já no declínio da Primeira República, em seus dez últimos anos, foi possível notar a aproximação da instituição eclesiástica com o Estado. Segundo Soares (2014), tal aproximação deu-se por conta do progressivo aumento dos socialistas, comunistas (destes últimos principalmente) e anarquistas. (SOARES, 2014, p. 52). A coesão e a hipertrofia nos anos da Primeira República, possibilitou que a instituição clerical reunisse poderosas e satisfatórias condições políticas rente à sociedade e às elites (econômicas e em seguida, políticas) do período. Na contemplação de tais privilégios, na medida em que a República ‘carcomida’ (expressão muito utilizada no período) padecia em meio a um emaranhado de crises, figuras diretamente vinculadas ao clero - diferente dos anos iniciais do regime republicano, quando o clero temia retaliação dos constitucionalistas opositores -, passaram a criticar despudoradamente a República. Com o início da chamada Era Vargas em 1930, pudemos constatar a proximidade da Igreja com o Estado, o que modifica visivelmente a postura da instituição. (OLIVEIRA ROSA, 2011, p. 177).

O recorte estabelecido para pesquisa, ou seja, 1889 a 1930, proporciona um período passível de análise por ser mantenedor de uma série de conjunturas sociais e políticas relativamente perenes, distanciando-se assim do pré 1889 e o pós 1930. Porém, trata-se de um período bastante amplo, o que justifica uma delimitação temporal mais precisa. Inicialmente, no projeto de pesquisa do corrente estudo, acreditava-se que havia entre os anos de 1889 á 1930 três momentos de ruptura, isto é, de 1889 a 1916, de 1916 a 1922 e de 1930. Tais rupturas eram estipuladas pela bibliografia analisada ao efetuar o projeto, porém as fontes direcionaram esta pesquisa para os seguintes recortes: de 1889 a 1916 e de 1916 a 1930. A explicação de tais recortes será detalhada com mais candura no primeiro capítulo.

Este estudo visa analisar a posição do episcopado brasileiro dentro do recorte acima justificado, buscando identificar e analisar o nacionalismo presente nos documentos episcopais. Embora autores como Afonso Celso, Alcebíades Delamare, Álvaro Bomilcar, Jackson de Figueiredo e outros sejam católicos e tenham se debruçado sobre o leito fluido do nacionalismo, esta pesquisa restringe-se apenas a analisar os textos do episcopado brasileiro, - mais especificamente as Pastorais Coletivas.

As Pastorais Coletivas, por sua relevância na estrutura da Igreja Católica brasileira, serão as principais fontes desta pesquisa, contudo outros documentos importantes do clero foram utilizados, documentos como a “Reclamação do episcopado brasileiro dirigida ao chefe do governo provisório”, de 1890, ou a famosa *“*Carta Pastoral Saudando a sua Archidiocese”, escrita por Dom Leme em 1916, ou mesmo cartas circulares, isso para embasar as informações aqui contidas.

As Pastorais Coletivas eram documentos episcopais que resultavam de reuniões da alta hierarquia clerical, e visavam estruturar e alinhar o clero na direção que a Santa Sé e o episcopado nacional julgavam mais pertinentes. Portanto, como bem lembra Euclides Marchi (1993; 2016), as pastorais partem de uma posição de autoridade institucional, moral e divina, uma vez que a partir delas os demais clérigos e fiéis deveriam seguir as orientações presentes em cada pastoral, valendo-se de severa obediência.

Os pronunciamentos episcopais nas pastorais expressavam um entendimento de nação e defendiam tal entendimento para legitimar seus anseios em detrimento de outras visões de nação e de grupos contrários ao clero. Em abundante quantidade pode-se observar através das pastorais, a defesa de valores religiosos e de projetos nacionais, estes valores sempre arrogavam a condição de defensores da sociedade, da família, da pátria. Claro que há uma distância estratosférica do nacionalismo defendido pelos católicos entre os anos 1889 e 1930, para aqueles que, recentemente, desde as eleições de 2022, se autoproclamam patriotas defensores da família. Não é o intuito deste trabalho tentar estabelecer um elo entre presente e passado, haja vista que são episódios singulares e, por isso, cada um apresenta sua historicidade. Porém, a presente pesquisa visa contribuir para o entendimento do nacionalismo efetuado por grupos que ostentam o rotulo de cristãos.

No presente estudo algumas questões tentarão ser respondidas. Questões como: o que entendemos por nacionalismo? Quem eram os nacionalistas católicos analisados neste estudo? Quais visões de nação brasileira eram expressas pelo episcopado? O que o episcopado considerava antinacional?

No primeiro capítulo, discutirmos o conceito de nacionalismo, elaborando uma discussão bibliográfica sobre o conceito. Entre as principais bibliografias para o referencial teórico desta pesquisa, estão Eric Hobsbawm, Benedict Anderson e Anthony Smith. Há estudos que abordam o nacionalismo católico na Primeira República, porém nenhuma obra foi encontrada analisando o nacionalismo nas pastorais coletivas, principalmente no espaço cronológico que vai de 1889 a 1930. Entre os estudos que abordam o nacionalismo católico na Primeira República estão os trabalhos de Lucia Lippi Oliveira e Carlos Gustavo Nóbrega de Jesus, porém tais estudos se debruçam majoritariamente sob a narrativa nacionalista de leigos e civis influentes. Em suma, no primeiro capítulo será debatido o conceito de nacionalismo e como discursos episcopais podem ser taxados de nacionalistas.

O segundo capítulo, por sua vez, discorre sobre a situação da Igreja Católica brasileira logo após a queda do Império, e como a instituição procura estabelecer uma organicidade mais próxima das diretrizes romanas, alinhando-

se com a Santa Sé. O segundo capítulo irá se ater nos anos de 1889 a 1916, buscando mostrar os esforços de organização dos clérigos, as questões por eles debatidas e o que o episcopado entendia como nação neste período.

O terceiro capítulo, por fim, analisa o discurso do episcopado brasileiro entre 1916 até 1930. O ano de 1916 convencionou a ser entendido pelos historiadores como um ano chave para a história do catolicismo brasileiro, quando os homens de batina começam a assumir posturas mais abertas politicamente, apelando mais para a posição das massas. O capítulo irá analisar as mudanças institucionais expressas nas pastorais, e o discurso nacionalistas que emanava das Pastorais Coletivas, defendendo uma ideia de nação Brasileira e ao mesmo tempo, denunciando e execrando o que consideravam não ser a nação brasileira.

# CAPÍTULO UM

## 02. Primeiro capítulo: O clero nacionalista

## 2.1 Debate sobre o nacionalismo e os caminhos de análises do discurso católico

Se buscarmos em dicionários antigos as definições de palavras “pátria” e “nação”, podemos observar que há diferenças entre elas. No dicionário de língua portuguesa de 1832, a palavra “nação” significa: “A gente de hum paiz que se governa por suas leis particulares. Casta, raça. Gente de nação descendente de judeos.” (PINTO, 1832, p. 883). No mesmo dicionário, constata-se a seguinte definição para a palavra “pátria”, significa: “Pátria: Aterra, onde alguém nasce. (PINTO, 1832, p. 641)”. Em outro dicionário de 1913, o conceito de ‘nação’ é:

> Conjunto dos habitantes de um território, ligados por interesses communs, e considerados como pertencentes ´a mesma raça. Região ou país, que se governa por leis próprias. O Estado. Naturalidade, procedência: Elias Costa, de nação judaica. Grupo de indivíduos, com caracteres communs. Casta. Origem, nascimento: aquelle sujeito ´e ruim de nação. (Ouvido em Turquel) * Pl. Em linguagem bíblica, os gentios ou pagãos. (Do lat. natio) (FIGUEIREDO, 1913, p. 1357, 1358).

A palavra “pátria” no mesmo dicionário significa: “País em que nascemos. Qualquer terra ou localidade, em que nascemos: ‘pátria minha Alanquer...’, Camões. Nacionalidade. Berço.” (Lat. patria) (FIGUEIREDO1913, p. 1496).

Embora etimologicamente as palavras “pátria” e “nação” carreguem sentidos diferentes, neste trabalho serão usadas em alguns momentos como sinônimos, assim como “patriotismo” e “nacionalismo”. Isso se justifica porque o conceito de nacionalismo adotado nesta pesquisa, analisa discursos onde a distinção da palavra “pátria” e “nação” não são necessárias.

Mas antes de ser expresso o entendimento deste trabalho sobre o nacionalismo e os referenciais teórico que irão nortear esta pesquisa, convém desenvolver neste capítulo uma breve discussão sobre autores balizares na compreensão do nacionalismo. Para tal tarefa, inicialmente, usaremos as reflexões de Benedict Anderson, com seu clássico estudo intitulado *Comunidades Imaginadas* (2008); na sequência, Eric Hobsbawm, autor de vários

trabalhos sobre o nacionalismo[1], em especial destacaremos a obra *Nações e nacionalismos: desde 1780* (2011); e por fim, e de nenhuma forma menos importante, o reconhecido sociólogo e historiador Anthony D. Smith, com sua obra *Nacionalismo: teoria, ideologia, história* (2006).

Dos autores acima citados, começaremos com Benedict Anderson e seu estudo intitulado *Comunidades Imaginadas* (2006). O autor entende o nacionalismo como uma espécie de religião, uma espécie de pensamento diverso das ideologias políticas da modernidade, tais como liberalismo, socialismo ou anarquismo. Anderson (2008) dispõe uma compreensão do nacionalismo, "[...] alinhando-o não a ideologias políticas conscientemente adotadas, mas aos grandes sistemas culturais que os precederam, e a partir dos quais ele surgiu, inclusive para combatê-los". (ANDERSON, 2008, p. 39). O debate a respeito do conceito nacionalismo mantém-se na obra de Benedict Anderson, uma vez que suas explanações visam entender o nacionalismo como uma espécie de "parentesco" ou "religião", - tais análises do autor gozam de grande ímpeto epistemológico. (ANDERSON, 2008, p. 32).

Um número abundante de historiadores acusa o nacionalismo de ser uma vertigem expelida da modernidade. Para Patrick Geary (2005, p. 28), por exemplo, o nacionalismo floresceu nos turbulentos canteiros políticos da modernidade, especialmente no final do século XVIII. Já Hobsbawm, por sua vez, diz que a "[...] nação moderna e de tudo o que a ela está ligado é sua modernidade." (HOBSBAWM, 2011, p. 24). Nessa perspectiva, o nacionalismo está, por esta afirmação do historiador inglês, atado umbilicalmente à modernidade, e este fenômeno, para Hobsbawm, "Em uma palavra, para os propósitos da análise, o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto." (HOBSBAWM, 2011, p. 20).

[1]Entre as obras de Hobsbawm mais influentes sobre o tema do nacionalismo, podemos citar sua famosa trilogia: A era das revoluções (2015) em que aborda o nacionalismo mais especificamente no capítulo sete, A era do capital (2015) capítulo cinco, A era dos impérios (2015) capítulo seis. Outra obra que aborda sistematicamente o nacionalismo é A invenção das tradições, de Hobsbawm em coautoria com Terence Ranger (1984).

Hobsbawm entende o nacionalismo como um fenômeno que explicita um dado grupo, que arroga “[...] fundamentalmente um princípio que sustenta que a unidade política e nacional deve ser congruente.” (HOBSBAWM, 2011, p. 19). Partindo da apreensão de Hobsbawm, deve-se entender o nacionalismo como grupos que apropriam algumas características que, para eles, são fundamentais para a existência da nação, características que devem ser soberanas dentro de um dado espaço geográfico, ou seja, do Estado-Nação. Estes aspectos podem ser os mais variados possíveis, podem ser linguísticos, culturais, étnicos, - no nosso caso, os aspectos religiosos vinculados a outros -, unidade territorial, história, língua e outros. (HOBSBAWM, 2011, p. 15).

Anthony Smith destina uma obra para compreender o nacionalismo, seu estudo ostenta o título de *Nacionalismo: teoria, ideologia, história* (2006). Na mencionada obra, o autor investiga variados enquadramentos históricos, teóricos e analíticos do nacionalismo.

No capítulo dois da pesquisa de Smith, o autor sublinha algumas “Ideias fundamentais” para a compreensão do nacionalismo. O primeiro combo de ideias realçadas pelo autor entende o nacionalismo como ideologia (um sistema de crenças), e destaca (a primeira discussão sobre o nacionalismo) o fenômeno “[...] ideológico que procura atingir e manter a autonomia, a unidade e a identidade de uma população humana que alguns membros creem constituir uma ‘nação’ real ou potencial.” (SMITH, 2006, p. 42).

Já o segundo agregado de ideias elencadas pelo autor, entende que “[...] o nacionalismo é mais do que uma cultura secular. Não obstante, ao secularizar o seu avanço, o nacionalismo é definitivamente mais aparentado com ‘religião política’ do que com ideologia política.” (SMITH, 2006, p. 56). Para sustentar e consolidar tal posição, Smith faz uso da definição de religião de Émile Durkheim, ou seja, “[...] um sistema solidário de crenças e de práticas relativas a coisas sagradas, isto é, separadas, proibidas, crenças e práticas que reúnem numa mesma comunidade moral [...]”. (DURKHEIM, 1996, p. 32). O culto a membros ilustres e distintos das nações (líderes egrégios e soldados mortos em campos de batalhas), a crença na predestinação nacional, a ideia de povo eleito, e entre inúmeros outros fatores, favorecem análises que colocam os nacionalismos mais

próximos das crenças religiosas que das ideologias políticas. (SMITH, 2006, p. 56,57).

Neste estágio da corrente pesquisa, após sintetizar o entendimento da concepção de nacionalismo dos três autores acima citados, convém elaborar um embate entre os autores em questão, relatando suas discordâncias e congruências.

Hobsbawm chega a abordar nacionalismos existentes antes da Revolução Francesa, mas baliza suas explanações para expressões de nacionalismo após aquilo que o autor concebe por "modernidade", isto é, após a década de 1780. (HOBSBAWM, 2011). Já Benedict Anderson trabalha em uma "longa duração"[2] cronológica, chegando a abordar em certas vezes, até meio milênio de história, principalmente na primeira metade de seu estudo, com capítulos nomeados como: "Raízes culturais" (p. 35-70), "As origens de consciência nacional" (p. 71-83), "Pioneiros e crioulos" (p. 84-106), "Velhas Línguas", "Novos Modelos" (p. 107-126). (ANDERSON, 2008). Segundo Anderson, as comunidades impressas, (isto é, leitoras de romances e jornais) a atomização dos livros após Gutenberg e as reformas protestantes, a revolução na compreensão do tempo - com a percepção de linearidade em detrimento da visão de tempo messiânico e cosmológico -, o crepúsculo das grandes religiões como núcleos das formas elementares de vida religiosa (o autor chega a insinuar que o nacionalismo se dilata nos escombros das estruturas religiosas medievais), foram condições históricas interpretadas por Anderson, como favoráveis para a proliferação das nações e dos laços de nacionalismo, ou seja, as comunidades imaginadas. (ANDERSON, 2008).

Hobsbawm e Terence Ranger, no estudo *A invenção das tradições* (1984), destacaram o período entre 1870-1914, como um tempo de fértil na proliferação e desenvolvimento de "tradições inventadas", isto é:

[2] O conceito de "Longa duração" duração foi popularizado por Fernand Braudel e no Brasil foi atomizado pelo artigo "História e ciências sociais. A longa duração" de 1958 (1990). No contexto usado acima, indica que Benedict Anderson trabalha em espaços cronológicos mais elásticos, traspassando e trabalhando com vários séculos.

> [...] um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (HOBSBAWM; RANGER, 1984, p. 10).

Na grande maioria dos casos, o nacionalismo esteve atado, na visão de Hobsbawm, às tradições inventadas. Segundo o autor, a época de abundante manifestação das tradições inventadas (1870-1914), foi um dos grandes períodos do nacionalismo, ou seja, para o autor um dos primeiros momentos do nacionalismo veio após a Revolução Francesa, de 1830 a 1870, com o nacionalismo voltado para questões de cidadania e Estado; já o nacionalismo de 1870 a 1914 apresentou-se com forte elo às questões étnicas, territoriais e xenófobas. (HOBSBAWM, 2011).

Conforme asseverado acima, nosso foco volta-se para o texto *Nações e nacionalismos* (2011), porém, nossas elocubrações sobre a obra *A invenção das tradições* de Hobsbawm ajudam-nos a meditar sobre a percepção do autor a respeito do nacionalismo. Tal posição é oposta a de Anderson que em raros momentos chegou a mencionar uma arquitetura social responsável por argamassar e fundamentar o imaginário das nações, (ainda que este desempenhe importantes problematizações sobre os laços que mantém atados uma dada população); Hobsbawm entende o nacionalismo como ideologias paridas de um grupo minguado (geralmente), popularizando ideais, que, ao chegar ao poder, regurgitam e impõem manuseando a máquina estatal, seus vislumbres de nações aos demais membros sob a tutela do Estado que comandam. (HOBSBAWM, 2011, p. 20).

As discussões entre Hobsbawm e Anderson estão longe de serem exauridas, haja vista que as congruências e discrepâncias são muitas, e até mesmo uma monografia ainda correria o risco de não armazenar espaço suficiente para trazer à luz do debate todas as questões trabalhadas pelos autores. As discussões de ambos (Anderson e Hobsbawm) seguirão no perpasso do texto, mas por hora, iremos trabalhar com Smith, e em seguida,

promoveremos debates entre os três autores, para melhor elucidação de mossa narrativa.

Hobsbawm diz que uma das características básicas da nação e tudo que ela carrega, atrela-se à sua modernidade. (HOBSBAWM, 2011, p. 24). A partir do guia teórico, produzido pela percepção do nacionalismo junto às nações, o autor assevera que os nacionalismos e as nações não deixam de ser fenômenos modernos. Sobre a modernidade dos nacionalismos Benedict Anderson argumentou que: “O final da era dos movimentos vitoriosos de libertação nacional nas Américas coincidiu em boa medida com o início da era do nacionalismo na Europa.” (ANDERSON, 2008, p. 107). Se a era de independência das antigas colônias luso-hispânicas oscila entre o final do século XVIII (período da Revolução Francesa), e início do século XIX (as duas primeiras décadas para melhor localização), isso nos aponta que tanto Hobsbawm quando Anderson, entendem que as manifestações nacionalistas floresceram num mesmo período, isto é, na modernidade, mais precisamente após a Revolução Americana e Francesa (ainda que caminhem por ambientes diferentes para chegarem a tais conclusões).

Smith realça dois aspectos, questionando-se e problematizando sobre as palavras e as coisas, imbróglios que saltam aos olhos na visão dos modernistas, colocando as nações como frutos dos nacionalismos. Para o autor, a palavra nação em dias atuais, carrega variados valores e significados, inviabilizando uma distinção cândida da nação moderna em relação a nações anteriores. (SMITH, 2006, p. 139). O segundo problema é que, mesmo incapacitados de tecer definições objetivas e aceitáveis sobre o tema, “[...] como podemos ter certeza de que os significados mais antigos (digamos, os medievais) de nação diferem assim tanto dos modernos?” (SMITH, 2006, p. 140). Smith sublinha vultosos exemplos citando vários autores, e em meio as citações, diz que as palavras não são o mesmo que coisas, e que o sentimento de pertencimento é um dos baluartes de nações modernas, visto que em vários exemplos históricos, é possível constatar populações que auto se definiam como nações, gozando de relações afetivas vigorosas pelo grupo, suas terras, culturas, religiões, línguas e etc. (SMITH, 2006, p. 141).

Se para Hobsbawm e um bocado de outros modernistas as nações, isto é, os Estados-Nações modernos, exigiam atuações políticas de sua população, expressas na escolha dos governantes por votos, manifestações cívicas e participação cidadã; para Smith o entendimento do fenômeno é absurdamente mais amplo. Alicerçado em neoperenialistas, [3] considera Smith:

> "[...]as origens das nações e do nacionalismo têm de ser procuradas, não nos projetos das elites intelectuais, nem nos interesses das classes médias da época moderna, mas nos recursos culturais profundos de língua, etnia e religião. Esta conclusão torna muito mais fácil aceitar tanto as idéias de nações antes do nacionalismo, como as idéias de nações antes da modernidade." (SMITH, 2006, p. 147).

A percepção das nações como frutos dos nacionalismos é metodologicamente fundamental para Hobsbawm. Outro elemento muito importante nos estudos de Anderson e, especialmente em Hobsbawm, e que também é objeto de questionamento de Smith, é a tese de uma engenharia social desempenhada por grupos na formação dos nacionalismos, nações e até mesmo imaginações.

O entendimento das nações e nacionalismos dos autores acima opõem-se entre si. Contudo, a retórica de ambos (Anderson e, principalmente, Hobsbawm), pressupõe existência e mesmo a exigência de uma engenharia social desempenhada por grupos nutridos de ideologias nacionalistas, popularizando-as (as ideologias), utilizando os mais variados meios de atomização de ideias. Smith contesta tal engenharia social capaz de criar

---

[3] Perenialistas são chamados aqueles intelectuais que refletem por meio de qualquer observação empírica, as nações como sendo instituições e fenômenos de "longa duração", nutrindo uma dada continuidade no perpasso do tempo. Segundo Smith, os perenialistas apresentam-se de duas formas. A primeira variante é chamada de "perenialismo contínuo", entendendo na maioria das vezes, que as nações possuem um passado longínquo, com uma história longa e continua, possíveis de serem rastreados até seus nascedouros na Idade Média, ou em menor medida, até a antiguidade. (SMITH, 2006, p. 78, 79). Já a segunda variante, entende as nações como sendo entidade vigorosamente históricas, mudando com os tempos. Para estes intelectuais, nações existem "[...] como uma das categorias da associação entre homens, é perene e ubíqua, porque reaparece um todos os períodos da história e encontra-se em todos os continentes do globo." (SMITH, 2006, p. 80).

deliberadamente tradições, nações e imaginações coletivas robustas, em detrimento de culturas e tradições que mudam e se adaptam no decurso do tempo. Os laços sociais vigorosos que conduzem homens a aceitar e se voluntariar para padecerem na agonia do fogo no combate, exigem manifestações de altruísmo, sacrifício, sentimentos de dependência, onde o sujeito que se oferece em holocausto, sente no ato, a garantia da própria sobrevivência e de sua família, isto é, da nação. (SMITH, 2006, p. 120).

Hobsbawm compreende que as nações recentes possuem narrativas pérfidas, criadas, edificadas e argamassadas por elites nacionalistas, capazes de balizar e manobrar os cordames de um dado tecido social. Poucas exceções fogem a esta percepção do historiador inglês, tais como Inglaterra, Sérvia, França, Rússia e outros, por contarem com grandes instituições fortes em seus seios, sejam Estados ou Igrejas. (HOBSBAWM, 2011). Mas para Smith, a retórica nacionalista promovida por um grupo de pessoas ou por Estados-nações, deve possuir para o grosso da população, alguma "'[...] ressonância' emocional como 'conteúdo verdadeiro.'" (SMITH, 2006, p. 123). Ainda segundo Smith:

> O que interessa numa explicação do poder e durabilidade das nações e do nacionalismo é que as narrativas e imagens da nação tocam uma corda sensível das pessoas que se propõem captar; e que, em compensação, o povo e as suas culturas podem contribuir para o processo de reconstrução da nação. Somente quando conseguem "re-presetar" perante o conjunto da população uma imagem ou narrativa da nação aceitáveis e inspiradoras as elites podem exercer influência e oferecer alguma capacidade de chefia. (SMITH, 2006, p. 123).

Anderson chega a citar, ainda que brevemente as características religiosas profundas de uma identidade nacional, mas pouco falou de seus apelos afetivos, morais e sentimentais. (ANDERSON, 2008, p. 31-32). Pelo conceito de imaginação, Anderson enxerga a nação pelas córneas de seus arquitetos artísticos e intelectuais. Hobsbawm trabalha com a relevância das relações históricas na formação de algumas nações, porém sempre entende a narrativa dos estados nacionalistas como sendo formuladas por grupos, e portanto, sem apresentar relações com o passado histórico das massas. (HOBSBAWM, 2011). Smith considera ambas as visões acima reducionistas,

pois não tocam nas qualidades inovadoras, “verdadeiras”, tradições, mitos étnicos, símbolos, recordações populares, frequentemente evocadas e invocadas pelos nacionalismos e presente nas massas. Vilipendiar tais questões para Smith, “[...] é impedir um entendimento mais profundo das bases populares das nações e do nacionalismo.” (SMITH, 2006, p. 124).

Em seu entendimento, Smith concebe que as nações e os nacionalismos não podem gozar de tamanha relevância apenas por imaginações e criações deliberadas deste ou daquele grupo. Para o autor, as nações e os nacionalismos desempenham e promovem reinterpretações de “[...] motivos culturais pré-existentes e de reconstrução de laços e sentimentos étnicos anteriores.” (SMITH, 2006, p.124). Para Smith a retórica dos modernistas é historicamente fragmentada, e até mesmo oblíqua em alguns casos, “[...] é um conto pós-Revolucionário que põe uma modernidade de progresso a varrer os vestígios do passado mais a sua manta de retalhos de culturas étnicas e religiosas[...]”. (SMITH, 2006, p. 127). Nenhuma nação ou discurso nacionalista se consolida, segundo Smith, se não houver vínculos étnicos anteriores. As nações devem, necessariamente, nutrir vínculos robustos com estruturas e relações passadas - visto que pouquíssimas nações não contemplam diversidade étnica -, também “[...] não implica que as nações sejam evoluções especializadas de (um ou mais) grupos étnicos soltos, nem que a comunidade étnica tenha servido historicamente de modelo e base de muitas nações.” (SMITH, 2006, p. 128). Entender os nacionalismos demanda esforços titânicos de observações empíricas, partindo do objeto para a teoria, sem explicações teóricas *a priori*, considerando as mais variáveis implicações (como as citadas acima); a antítese disso, limita a atuação e as reflexões de estudos a respeito das nações e dos nacionalismos, contribuindo para a “[...] falta de atenção às memórias, mitos, símbolos e tradições étnicas que tão vitais chaves oferecem à compreensão – e à persistência – das identidades culturais e das comunidades.” (SMITH, 2006, p. 128).

Dos vários estudos sobre grupos religiosos ancorados ou próximos de algum tipo de nacionalismo no Brasil, destacam-se aqui dois: o estudo de Lúcia Lippi Oliveira, intitulado de *A questão nacional na Primeira República* (1990); e a minuciosa labuta de Carlos Gustavo Nóbrega de Jesus, publicada em 2012,

chamada de *Revista Gil Blas e o nacionalismo de combate (1919-1923).* Os estudos sobre o nacionalismo no Brasil empilham-se com grande abundância, mas os estudos citados a seguir receberam atenção nesta pesquisa, pelo fato de estudarem especificamente o nacionalismo católico no recorte proposto.

Oliveira (1990) pesquisa, sistematicamente ideologias nacionalistas presentes nos intelectuais da Primeira República, destacando os mais influentes juntamente com as oscilações do pensamento nacionalista em cada grupo. Classificando períodos distintos nos pensamentos nacionalistas do país, a autora preocupa-se constantemente com o incessante elo que o nacionalismo brasileiro tinha com correntes de pensamentos europeias, analisando até mesmo nacionalistas que refutavam influências de ideias europeias. A autora investiga o nacionalismo católico no sétimo capítulo, “O nacionalismo militante” (o nacionalismo católico toma grande parte do capítulo), e em todo o oitavo capítulo, intitulado “Terra de Santa Cruz”. Nestes são analisados relevantes revistas como a *Gil Blas* (1919-1923) e a revista *A Ordem* (datada de 1921). Tendo isso em mira, a pesquisadora analisa e destaca nacionalistas importantes, tanto do clero, como leigos vinculados às revistas citadas neste parágrafo. Entre os leigos de maior destaque, encontram-se Alcebíades Delamare diretor da *Gil Blas*, Jackson Figueiredo fundador da revista *A Ordem*, entre outros, como Álvaro Bomilcar, Afonso Celso, Alceu Amoroso Lima etc. (OLIVEIRA, 1990).

O nacionalismo católico impetuoso expresso na revista *Gil Blas*, é apresentado por Carlos Gustavo Nóbrega de Jesus em sua pesquisa: *Revista Gil Blas e o nacionalismo de combate* (1919-1923). O autor expõe um denso estudo sobre a revista e seus escritores, e como faziam enérgicos posicionamentos defronte dos mais variados grupos na Primeira República, focando no Rio de Janeiro. Muitos dos atacados eram frequentemente forasteiros – português geralmente - ou detentores de pensamentos diferentes do clero, ou até mesmo hostis ao que os membros da revista acreditavam que fosse a raiz da nacionalidade brasileira (JESUS, 2012).

A falta de espaço hábil inviabiliza descrições mais densas e minuciosas das obras até o momento citadas, não permitindo discorrer sobre os meandros e as idiossincrasias de todos os estudos e suas conclusões. Contudo neste ponto, partindo de tudo o que expusemos até o momento, podemos enfim

explicar, o que a presente proposta entende por nacionalismo católico na Primeira República, em que esta proposta converge com as obras nacionais que portam como foco o nacionalismo, e onde nos distanciamos.

Oliveira (1990) investiga os diferentes nacionalismos, realçando seus principais personagens, analisando-os minuciosamente. A autora argumenta que nacionalismo e nação como conceitos modernos, entre muitas outras explicações, emergem e se reforçam na luta política e social. Oliveira também abandona a premissa de que cada grupo faz uso destes do nacionalismo visando estabelecer uma identidade coletiva do que estes grupos pensam que seja os elementos mais plausíveis. (OLIVEIRA, 1990, p. 11-12). Logo na introdução, Oliveira define nacionalismo como uma ideologia política e como grupos nacionalistas adotaram diversas visões de suas nações, singularizando-as em comparação com outros países do globo, visando consolidar e estabelecer um padrão de país, de sociedade, de povo, usando variados elementos para elaborarem suas teses, como: território, raça, cultura, línguas, religiões, história, entre outros (OLIVEIRA, 1990).

Jesus (2012), no entanto, explana sobre flexibilidade do conceito de nacionalismo, e como ele comporta múltiplas facetas. Porém, o autor entende os nacionalistas ou o nacionalismo, como grupos, - neste caso o grupo de editores e escritores da *Gil Blas* - que exerceram a apropriação "[...] histórica e cultural de valores e tradições, por diferentes tendências no espectro político." (JESUS, 2012, p. 14).

Após esta breve dissecação de obras fundamentais para o entendimento do nacionalismo, agora convém amarrar este texto, apontando o referencial teórico que irá balizar este estudo.

Desde 1991 quando Hobsbawm publicou seu estudo *Nações e nacionalismos: desde 1789* (2011), as discussões sobre o nacionalismo continuaram, e métodos mais sofisticados e aprimorados (se é que podemos dizer isso) de identificação e interpretação do fenômeno vieram à lume dos debates acadêmicos. Porém, o discurso do clero presente nesta labuta será observado pelas lentes do conceito de nacionalismo de Hobsbawm, uma vez que a metodologia empregada pelo autor, ainda que não seja a mais sofisticada

acerca da análise do nacionalismo, se adequa e atende perfeitamente às necessidades de análise do objeto aqui pesquisado. Entendemos por nacionalismo, um dado grupo – nacionalistas - que arroga "[...] fundamentalmente um princípio que sustenta que a unidade política e nacional deve ser congruente." (GELLNER, 1984, p. 01 *apud* HOBSBAWM, 2011, p. 19). O nacionalismo nesta proposta é caracterizado por grupos que apropriam alguma característica que para estes, é fundamental para existência da nação proposta por eles, características que devem ser defendidas e soberanas dentro de um dado território, ou seja, do Estado-Nação. Estas características podem ser as mais variadas possíveis: linguísticas, culturais, étnicas, - no nosso caso, as características religiosas -, unidade territorial, cultura, história, língua e outras. (HOBSBAWM, 2011, p. 15).

De 1991, data da primeira publicação do livro *Nações e Nacionalismos* de Hobsbawm, até os dias de hoje, o debate sobre o nacionalismo permaneceu, e novas metodologias vieram ao conhecimento do escrutínio acadêmico. Smith por exemplo, apresentou densos estudos sobre o nacionalismo e metodologias mais sofisticadas de análise do nacionalismo. Ainda que a metodologia de Hobsbawm não seja munida de ferramentas das mais refinadas e aprimoradas na análise do nacionalismo, sua metodologia será empregada nesta pesquisa por se adequar e atender perfeitamente a necessidade de análise das fontes, e do objeto aqui estudado.

A Igreja Católica defendia sistematicamente a tese de que o Brasil era um país fundamentalmente católico (não cristão, mas sim católico). Tal retórica era erigida para se opor a correntes críticas, instituições e grupos vigorosamente contrários à instituição romana, visando nitidamente a soberania de seus valores e percepções de mundo em detrimento de seus contrastantes ou detratores. O pensamento da Igreja Católica entendia o Brasil como uma nação fundamentalmente católica, interpretado aqui como nacionalismo sob a ótica de Hobsbawm, é utilizado pelos homens de batina, em todo recorte cronológico efetuado nesta labuta. Do texto destinado pelo clero em ao chefe do governo provisório, em 06 de agosto de 1890, constata-se logo no seu início, o ataque impetuoso à aqueles que na aurora do novo regime gozavam de privilégios, em oposição, segundo a igreja, aos "[...] direitos e as tradições três vezes seculares

dessa nação católica [...]" (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1890, pp. 03, 04); até a convocação inflamada de Dom Leme ao assumir a arquidiocese de Olinda em 16 de julho de 1916, dizendo que a defesa da Igreja Católica: "é obra de fé e ato de patriotismo."(LEME, 1916, p. 204); e mesmo a retórica incandescente de Contreiras Rodrigues na revista católica *A Ordem,* de 1929, dizendo: "Ora, a tradição no Brasil foi argamassada pelo Catholicismo; logo é o Catholicismo o amparo natural da Pátria brasileira, da família brasileira." (RODRIGUÉS, 1929, p. 218); é possível constatar o nacionalismo existente entre os homens de batina ou aqueles católicos leigos de grande prestígio social, bem como entre o clero.

O discurso de uma nação católica, como já dito, permanece da aurora ao crepúsculo da República, e esta narrativa legitima oposições, projetos e reivindicações da Igreja. O vigor de tal narrativa, presente nas cartas pastorais da instituição romana no Brasil, ainda que seja constante, não se mantem perene e uniforme nos limites cronológicos desta pesquisa. A narrativa muda após a queda do Império, mediante as conjunturas políticas brasileiras do período, e as circunstâncias internas da Igreja Católica.

Após a queda do Império, em 1889, a Igreja Católica buscou posições para se fortificar contra ideologias contrárias a ela, e rente a isso, foi centralizando sua organização em hierarquias e doutrinas teológicas. O confronto contra aqueles privilegiados com o advento da República (isto é, racionalistas de toda ordem, liberais e positivistas), permaneceu por todo o regime republicano, mas na medida em que outras ideologias (tais como anarquistas e comunistas) começaram a ganhar mais expressão em solo tupiniquim, a Igreja que ia se revigorando no curso do tempo, em doutrina e institucionalmente, passando a fazer ferrenha oposição, sempre usando a tese da "nação católica", como várias outras, como legitimadora de suas impugnações.

Tendo em vista o referencial teórico já explanado, dentro do recorte cronológico, esta pesquisa se justifica até o momento pela conjunção singular de emprego da metodologia adotada por Hobsbawm em seus estudos sobre o nacionalismo (história das ideias, história política), para análise de relações da Igreja Católica brasileira. Não havendo pesquisas nesta área, com análise das relações da Igreja nos anos de 1889 a 1930, submetendo-as ao escrutínio da

metodologia de Hobsbawm na identificação e análise do nacionalismo, esta pesquisa justiça-se por ser *sui generis,* contribuindo assim para a historiografia que estuda a Igreja Católica no Brasil, isto é, história do Brasil, e as investigações e discussões sobre o nacionalismo.

## 2.2 Quem eram os nacionalistas?

Tão numeroso quando o céu estrelado, é o número de figuras nacionalistas na Primeira República, fossem eles católicos ou não. Entre católicos, podemos destacar Afonso Celso com sua amplamente conhecida obra ufanista, chamada *Porque me ufano de meu país;* ou o ilustre Pe. Julio Maria, com seus vários textos publicados em jornais ou livros; ou mesmo Jackson de Figueiredo com seus livros e escritos publicados na revista *A ordem*. Uma pesquisa sobre tais autores seria abundantemente entusiasmaste, e de relevantíssimo impacto para a historiografia política e da Igreja Católica no Brasil, porém o fulcro desta pesquisa dirige-se a entender o nacionalismo presente nos discursos episcopais expressos nas pastorais coletivas da Igreja Católica no Brasil.

Para melhor entendermos quem eram os verbalizadores do discurso nacionalista (o episcopado), precisamos entender de onde partiam e em que posição estavam, quais eram suas formas discursivas e quais seus interesses ao promoverem discursos coletivos nas cartas pastorais.

Os bispos partiam de uma posição de autoridade dentro do cenário nacional, sendo eles hierarquicamente detentores dos postos mais elevados no clero brasileiro. Sua autoridade era oriunda de uma instituição milenar também hierarquizada, possuindo na figura do Papa (ou ‘vigário de cristo’), o seu maior mandatário temporal.

A hierarquia era estabelecida pela instituição, porém diferente de quaisquer outras instituições seculares, os poderes exercidos pelos clérigos católicos, e mesmo pelo Sumo Pontífice (Papa), não se tratava de poderes apenas institucionais, uma vez que eram também divinos, delegados por Deus, lastreados nas seculares teologias católicas. Para, metodologicamente, clarear

as cautelas que devemos ter para analisar o episcopado em termos institucionais, convém citar Marchi (2016):

> Por isso, cabe ressaltar que o discurso constitui-se num espaço em que saber e poder se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente. Esse discurso, que passa a ser verdadeiro e que veicula saber (o saber institucional) é também gerador de poder. E, por ser gerador de poder, naquela circunstância era preciso unificá-lo, controlá-lo e redistribuí-lo de forma organizada e eficaz. (MARCHI, 2016, p. 167).

A autoridade presente na fala do episcopado parte de uma posição delegada institucionalmente, e também por Deus, tendo em vista que o tom do discurso evidencia suas atividades de pastoreio, visando implementar em solo tupiniquim reformas católicas de dimensões globais. O padroado e as relações seculares entre Igreja Católica e o Estado português, ou posteriormente Igreja Católica e Império brasileiro, não favoreciam os novos cursos adotados pela Santa Sé no enfrentamento da modernidade. Nesta baila o episcopado brasileiro visou superar as dificuldades históricas de infra-estrutura (prédios, escolas, hospitais, asilos...), de capital humano (número acanhado de clérigos, muitos deles aliás, mal formados) para atender a demanda populacional nacional e de doutrina da Igreja Católica brasileira. Para isso, discursos reformadores e balizadores foram bradados, e tais discursos só emanam das entranhas episcopais por necessidade, isto é: pela indiferença popular a religião católica romanizada (institucionalmente e doutrinariamente vinculada a Roma), principalmente quanto aos novos cursos da Igreja Católica no embate com a modernidade. A autoridade para propor reformas e diretrizes, visando transformar o rebanho católico e a sociedade brasileira, está baseada em Deus e na autoridade concedida pela instituição. E assim disserta sobre o assunto Marchi (2016):

> Portanto, sabiam e acreditavam que dentro da estrutura organizacional e administrativa, eles (os bispos), como enunciadores, estavam credenciados a mandatários e com poder de subscrever os documentos, pois todos haviam passado pelo ritual de sagração. Ritual esse que, além de conferir eficácia simbólica à sua autoridade, garantia fidedignidade à sua nomeação e ao poder legal que lhes fora conferido em ato público e solene. Eles eram as vozes instituídas que faziam uso

> de uma linguagem autorizada, portadora das condições sociais e legais de uso do discurso e da ação. [...] Assim, além das palavras, simbolicamente os bispos sentiam-se pastores (portando o báculo do governo das almas e a mitra do poder diocesano) e mestres (fundamentavam suas ideias no Evangelho e nas decisões da Igreja) e reconheciam que neles se concentrava o poder legislativo, o judiciário e o coercitivo. Poder de definir leis, de julgar, de proibir, de permitir, de condenar e de absolver. Por isso era fundamental deixar claro que na condição de bispos haviam sido investidos da mais alta autoridade nas suas dioceses, incumbidos de reger as coisas sagradas sob orientação do Papa e da Sé Romana. Tinham a autoritas, dentro das fronteiras de sua diocesis. Posicionavam-se como portadores de um vasto e amplo poder que deveriam exercê-lo como pastores e presidir a seus fieis como irmãos. (MARCHI, 2016, pp. 168, 169).

Foi em tais circunstâncias, após o Concilio Plenário Latino Americano de 1899 (evento onde se orientava reunião regulares de bispos), que os bispos brasileiros visaram organizar a sociedade brasileira, inculcando-lhes valores e práticas perfiladas com as estratégias momentâneas da Igreja Católica nacional e internacional. A autoridade arrogada para estabelecer trilhas, condutas e valores, eram institucionais e também teológicas, assim o descumprimento seria um atentado contra a instituição e também contra a doutrina dívina que regia o clero segundo os anseios de Deus. Como exemplo, podemos citar um fragmento da pastoral coletiva de 1907, narrando o esforço de episcopado em chamar a atenção do clero para as reformas empreendidas fruto de orientações do Concilio Plenário Latino-Americano e consequentemente, por vontade divina:

> Nosso maior empenho foi, como tem sido nas duas precedentes Conferencias, ungir a observancia do S. Concilio Plenario Latino Americano que, sendo fielmente executado, tornará feliz e vigorará em fé e piedade a Egreja Brasileira. [...] Para esse fim convergiram Nossos esforços nas Nossas Conferencias de S. Paulo e da Apparecida, cujas determinações deveis ler, resolver e executar com a mesma solicitude, com que Nós as elaboramos, e propuzemos á vossa obediência. A esse mesmo alvo atiram agora Nossas deligencia. A esse mesmo alvo atiram agora Nossas diligencias, e por felizes Nos daremos, e por sobejamente compensados de Nossos sacrifícios, quaesquer que sejam, si, conseguindo a execução do que resolveu a mais augusta assembléa religiosa de Nossos dias, houvermos adeantado a construcção espiritual

> de Nossas dioceses, assegurando a cada um de Nossos filhos e ingresso no edifício eterno, que o Senhor nos prepara no céo. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1906. p. 5-6).

O discurso empregado pelos bispos possui características discursivas de quem ocupa cargos elevados, de grande estima institucional e moral, capacitando a orientar condutas cívicas e morais. Tais discursos estavam submersos numa Igreja Católica Apostólica Romana que vinha se reformando, buscando lograr êxito no embate contra a modernidade; e em uma Igreja Católica brasileira que buscava acatar as reformas romanas globais, sem se esquecer das idiossincrasias e particularidades das questões religiosas e políticas nacionais. Em suma este era o perfil do episcopado, e destas posições partiam suas orientações na ânsia de reformar o cristianismo tupiniquim e redimir a sociedade brasileira.

## 2.3 Conclusão do capítulo

O conceito de nacionalismo é um tanto quanto escorregadio, sendo comum na historiografia sobre o tema, encontrar autores que assumem e dissertam sobre a dificuldade de trabalhar com tal conceito. Porém mesmo dissertando sobre autores como Benedict Anderson e Anthony Smith, passando por Lúcia Lippi Oliveira e Carlos Gustavo Nóbrega de Jesus, concluímos neste capítulo que o conceito de nacionalismo de Hobsbawm se adequa melhor ao contexto histórico aqui analisado e as fontes investigadas para execução da pesquisa.

Com base em autores que teorizam sobre o nacionalismo - Hobsbawm em espacial -, e com base nos documentos até o momento analisados, dentro do contexto histórico onde as fontes foram produzidas, considera-se que nos documentos episcopais havia visões de Brasil, de pátria, e que os demais membros da Igreja Católica brasileira e seu rebanho, deveriam exigir que tais visões de nação fossem soberanas dentro do espaço geográfico chamado de Brasil.

Os documentos episcopais eram confeccionados por membros da mais alta hierarquia clerical brasileira, portanto suas orientações nutriam o peso de ordens, que deveriam ser seguidas por quem os textos eram destinados. Estes

membros de alta hierarquia clerical expressavam orientações que se enquadravam dentro de uma visão de mundo e de Brasil. Muitas das orientações eram alicerçadas na tese de que o Brasil era uma nação católica e que a Igreja Católica brasileira era a alma da nação, isto é: um elemento fundamental para a manutenção e junção do povo no perpasso da história e em qualquer unidade federativa da nação.

# CAPÍTULO DOIS

## 03. Segundo capítulo: reestruturação e características do nacionalismo (1889-1916)

## 3.1 A Igreja Católica antes de 1889

A modernidade foi abalando e esmerilhando sistematicamente os alicerces da Igreja romana. A Igreja Católica enquanto instituição, passou por inúmeras transformações drásticas no perpasso do século XIX, defronte das mais variadas e sem precedentes transformações sociais, revoluções e grupos ideologicamente hostis a suas estruturas institucionais.

Os abalos contundentes citados fragilizaram a crença social da sociedade moderna em relação ao cristianismo e, consequentemente a religião católica, abrindo espaço para crenças diversas, ideologias e até mesmo para o ateísmo. Não sem razão, o filósofos Friedrich Nietzsche, em sua obra *A gaia a Ciência*, diz na segunda metade do século XIX: “Os deuses também se decompõem! Deus morreu! Deus continua morto! E fomos nós que o matamos!” (NIETZSCHE, 2017, p. 131). Frente a isso, a Igreja empreende mudanças em suas relações institucionais e doutrinais.

Após as revoluções do século XVIII e, especialmente a Revolução Francesa, alguns membros católicos acreditavam que a Igreja deveria partilhar espaço com as revoluções, buscando prosperar sob tais circunstâncias; porém a tese que predominou foi a repulsa e a oposição contumaz às revoluções. O combate a revolução, a modernidade, ao liberalismo foi encampado em inúmeras frentes, e os religiosos católicos manipulavam as mais variadas armas retóricas para expiar da sociedade o que julgavam ser a decadência da civilização cristã, recorrendo ao tradicionalismo (aliás, utilizado por muitos conservadores), conservadorismo e até mesmo reacionarismo diante das transformações drásticas e constantes. (DIAS, 1996, p. 38-39).

Várias medidas foram adotadas pelo clero, mas especialmente no que tange à doutrina, no final do ano 1864, o Papa Pio IX[4] trouxe à lume a encíclica *Quanta Cura*, texto que condenava e repelia brutalmente a modernidade. Ainda que não seja nosso intuito aqui resumir ou resenhar a encíclica, convém dizer

[4] Nome de nascimento: Giovanni Maria Mastai Ferretti, teve seu pontífice de 1846 a 1878. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-ix/pt.html . Acesso em 28/07/2022.

que, no texto, em seu apêndice chamado *Syllabus*, Pio atacou o naturalismo, racionalismo, comunismo, liberalismo, sociedades secretas, sociedades bíblicas, sociedades clericais liberais, entre outras. Exaltou o documento como:

> **IV - Socialismo, comunismo, sociedades secretas, sociedades bíblicas, sociedades clericais liberais**. Essas pestes, muitas vezes, e com expressões muito sérias, são repetidas na Epístola. Encicl. *Qui pluribus*, 9 de novembro de 1846; no Alloc. *Quibus quantisque*, 20 de abril de 1849: na Epístola. Encicl. *Nostis et Nobiscum*, 8 de dezembro de 1849; no Alloc. *Singulari quadam*, 9 de dezembro de 1854; na Epist. *Quanto conficiamur*, 10 de agosto de 1863. [5]

Enumerando os principais erros de seu tempo, é possível constatar na narrativa do texto, além de uma postura belicosa e combativa da Santa Sé, uma retórica centralizadora do clero, buscando independência frente a governos e autoridades civis. (PIO IX,1864). Seis anos depois da publicação da carta *Quanta Cura*, isto é, em 1870, o Concilio Vaticano I declarou a infalibilidade papal, isso em 1870, deixando ainda mais claro a centralização empreendida por seu papado.

A centralização adotada pela Santa Sé no caminho do século XIX, as demais medidas adotadas pela Igreja Católica na manutenção de suas forças e sua esgrima defronte de seus opositores, chegou também em solo brasileiro. Tais alterações causaram fricções nas entranhas do clero no Brasil e desencadeou desavenças entre clérigos e o Estado brasileiro, principalmente em função do padroado. Neste período, atuando como um departamento de estado no Império, a igreja contava com vários membros ilustres de sua organização compondo o efetivo de lojas maçônicas, - o que acirrou ainda mais os ânimos dentro do clero oitocentista alinhado com a centralização almejada e exigida por Pio IX ao longo do século XIX.

Na primeira metade do século XIX, vigorou em terreno tupiniquim, uma mentalidade reformista, chamada por Frei Oscar de Figueiredo Lustosa de:

---

[5] Disponível em: http://www.vatican.va/content/pius-ix/it/documents/encyclica-quanta-cura-8-decembris-1864.html . Acesso em 25/ 02/ 2021.

Reformismo Liberal-Regalista (1977). Tal mentalidade consistia em submeter a Igreja nacional a influência do Estado, permitindo a este último fazer reformas nas instituições clericais em caso de necessidade, isto é, se os homens de batina não tivessem condições para fazê-lo. Esta perspectiva também concedia aos bispos grandes regalias, como o gozo de grande soberania na tutela de suas dioceses, "[...] em um tipo de relacionamento mais de coordenação do que de subordinação com Roma, e, consequentemente, alimentando a preocupação de uma Igreja que respondesse às necessidades e às conjunturas do país [...]". (LUSTOSA, 1977, p. 36). Guardadas as devidas proporções, para Lustosa, em alguns extremos, o pensamento em pauta visava promover uma espécie de política nacionalista para o catolicismo. (LUSTOSA, 1977, p. 36).

No desabrochar do século XIX, como brevemente mencionado, a Igreja Católica começou a promover uma centralização institucional promovida pelo papado. Além da centralização, o ultramontanismo[6] também se intensificou, e cada vez cresce na Igreja Católica a ojeriza da modernidade, e tudo que ela representava. (GOMES, 2006). No Brasil, Pedro II destacava homens de batina com reputação ilibada e distinções intelectuais para assumir posições de estima no interior da Igreja Católica brasileira, inclusive no episcopado. Dos membros do episcopado brasileiro na segunda metade do século XIX, a grande maioria estudou "[...] no Seminário Pio Latino-Americano, fundado em Roma em 1851 e quase todos ligados aos lazaristas franceses." (LUSTOSA, 1977, p. 39). O contato do episcopado brasileiro com os lazaristas contribuiu para perfilá-los na direção de Roma, formando muitos ultramontanos, com isso, gradativamente no Brasil a oposição entre a relação Estado e Igreja foi se intensificando, afastando-os (os bispos) do Rio de Janeiro.

Dos vários conflitos internos em que os homens de batina envolveram-se com o Estado imperial, podemos citar aquilo que para Lustosa (LUSTOSA, 1977)

[6] O ultramontanismo foi um fenômeno originário na França, na primeira metade do século XIX. O movimento, resumidamente, visava assegurar ao Papa a plena autoridade em questões relacionadas a fé e a medidas adotadas por católicos globalmente. O movimento era combativo a todos os aspectos da modernidade, abominava sistematicamente ideologias como o liberalismo, comunismo, cientificismos etc., esgrimando-se com visões de mundo, o que deixou claro seus "impactos nos campos religiosos, filosóficos e políticos." (COELHO, 2016, p. 15).

foi o ápice da corrosão nesta conturbada relação, isto é: a Questão Religiosa[7] (1872-1875), onde dois bispos foram detidos e presos por oposição a grupos, como os maçons (que no texto Quanta Cura são chamados de “Sociedades Secretas”). O imbróglio ajudou a apartar ainda mais uma instituição sem centralização, ou seja, a Igreja Católica no Brasil. A cisão mais cândida deu-se entre aqueles clérigos próximos ao Império, favoráveis ao padroado; e os críticos da forma que a igreja era regida no período. A atuação aparentada a militância de ambos os bispos, Dom António Macedo Costa (bispo do Pará) e Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira (bispo de Olinda), e suas prisões, gerou desgaste na imagem do Império frente aos homens de batina, dando substância a um seguimento do clero que visava alinhar a igreja brasileira às novas diretrizes da Santa Sé, que passou a constatar e a apontar negligências na gestão imperial da Igreja Católica brasileira. A tensão no seio dos homens de batina no Brasil foi crescente até a manhã de 15 de novembro de 1889, com a queda do Império.

Os republicanos que a partir dos anos 1870, analisavam o Império tecendo as mais variadas críticas com base em seus ímpetos e anseios de

[7] A Questão Religiosa é um evento que evidencia uma série de tensões, que entre muitos outros motivos, tem como força motriz as novas posições tomadas pela Santa Sé em oposição à modernidade. (BRUNEAU,1974). O evento, resumidamente teve Dom Vital (Bispo de Olinda) e Dom António Macedo Costa (Bispo do Para) como principais atores. Tudo começou quando Don Vital, de educação ultramontana, seguindo as orientações do Papa, proibiu a participação de membros do clero a cerimônias maçônicas. A medida foi aclamada por grande parte dos Bispos, e Dom Vital, motivado, lançou mão até de uma circular as escondidas banindo a presença de clérigos em manifestações maçônicas. O fato gerou revolta entre os maçons gerando debates e difamações em jornais de ambos os lados, culminando com a morte de um clérigo numa confusão em uma gráfica.

Os desdobramentos cada vez mais extremados levaram o Imperador a exigir a revogação das decisões de banimento da participação de clérigos em manifestações maçônicas. Os bispos se negaram a acatar o Imperador, alegando cumprir determinações do papa. Vários opositores da conduta dos bispos protestaram, alguns deputados até ousaram propor uma cisão do governo brasileiro com a Santa Sé. A Questão Religiosa se desdobrou em imbróglios nacionais e internacionais. O Supremo Tribunal de Justiça foi acionado e indiciou D. Vital, que preso foi em 02 de janeiro de 1874, junto com D. António Macedo Costa. O entrevero teve seu fim com a intervenção do Imperador, transmutando a pena e anistiando os bispos. (SOUZA, 2013, pp. 136, 137).

transformações. Entre as críticas mais frequentes, estava a argumentação de que o sistema regente antes de novembro de 1889, fazia parte de um sistema corrompido, obsoleto, atrasado, ou seja, a antítese do progresso e de um futuro próspero. (FAUSTO, 2009, p. 182-183). Com efeito, o republicanismo era composto por um efetivo relativamente contraído - mas ainda assim gozando de notoriedade -, aglutinando em sua órbita as mais variadas ideologias da modernidade, chocando-se frontalmente, com as posturas ultramontanas que uma parcela sensível do clero aderia na segunda metade do "longo século XIX"[8]. (COSTA, 2010, p. 389-390). Isto é, a centralização e a armadura ultramontana que a Igreja Católica vestiu, em solo brasileiro, colidiram não apenas com a forma como o Império regia a igreja brasileira, mas também com a modernização presente em várias ideologias que despontavam em solo brasileiro.

Para Thomas Bruneau, houve circunstâncias que nos possibilita imaginar o definhamento e a extenuação do Império, são estas:

> [...] a abolição da escravatura, sem indenização, em 1888, criou descontentamento entre os fazendeiros; o aumento do militarismo depois da guerra do Paraguai em 1870, de que resultou o golpe militar e um militar para primeiro presidente; a propagação do ideal republicano e de movimentos a seu favor, na segunda metade do século; a anomalia de uma monarquia no Novo Mundo, que se tornava cada vez menos atraente com o avançar da idade de Pedro II e a sua perspectiva indesejada de sucessão pela filha; e, naturalmente, a Questão Religiosa de 1874. (BRUNEAU,1974, p. 64).

O historiador americanista elenca fatores que contribuíram para a queda do Império, sublinhando a Questão Religiosa. Visto isso, convém relatar, que tamanha era a debilidade e falta de centralização da Igreja no período. Justamente por isso, tal fato não teve vigor para deflagrar abundante consternação social. Mesmo assim, a Questão Religiosa contribuiu para trincar

[8] A expressão 'Longo Século XIX' é reiteradamente utilizada pelo historiador britânico Eric Hobsbawn para descrever o século XIX. (HOBSBAWM, 1995, p. 515). Para Hobsbawm o século XIX começou em 1789 e acabou com o começo da Primeira Guerra Mundial. Cumpre destacar que autor possui três obras que abordam o peiriodo, são elas: A Era das Revoluções (2015), A Era do Capital (2015) e A Era dos Impérios (2015).

e fragilizar um grupamento de homens de suma importância para manutenção do poder vigente. (BRUNEAU, 1974, p. 64-65).

## 3.2 Bestializados

Na manhã do dia 15 de novembro de 1889, o Império já claudicante e agônico, recebe sua eutanásia, apanhando o vulgo de surpresa. Como dizia a histórica carta de Aristides Lobo (futuro ministro do governo provisório) enviada ao Diário Popular: “O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada.” [9]

A história do período e seus desdobramentos é brutalmente extensa, as mais variadas perspectivas, temas e fontes se apinham, o que torna impossível aqui tecer laboriosas análises no momento, visto que este não é o norte de nossa pesquisa. Sabe-se comumente, que o perecimento do Império teve como carrasco os mais variados opositores, e o modelo de governo que despontava no horizonte, foi arquitetado por um exíguo contingente de homens. (CARVALHO, 1987, p. 161-164). Dos liberais, racionalistas de toda ordem, a republicanos (grupo pequeno, mas de percepções republicanas extremamente dispares e sem coesão), positivistas, entre outros, que repeliam e rechaçavam o Império; os republicanos, mesmo não possuindo um movimento de capilaridade hipertrofiada nacionalmente, lograram proeminência na empreitada de propor modelos de governos que iriam substituir a monarquia. O povo teve pouca participação na queda do Império e na transição do próximo regime, após o nascimento da República. José Murilo de Carvalho em seu livro A Formação das Almas, estudou o empenho dos republicanos em criar símbolos nacionais; símbolos civilizatórios de heróis nacionais para popularizar os ideais republicanos de civismo e nacionalidade, em outras palavras, “Substituir um

[9] Disponível em: https://imagensehistoria.wordpress.com/tema-1-republica-velha/carta-de-aristides-lobo/. Acesso dia 01/03/2021.

governo e construir uma nação, esta era a tarefa que os republicanos tinham de enfrentar.” (CARVALHO, 1990, p. 24).

Na carta de Aristides Lobo publicada no *Diário Popular*, o autor diz que o golpe da República surpreendeu a população. Mas não só, o dia 15 de novembro de 1889 apanhou os clérigos não apenas com as guardas baixas, mas também sem nenhuma estrutura ou equilíbrio para combater seus ferrenhos opositores.

### 3.3 A estruturação do clero

A imprevisibilidade que recaiu sobre a Igreja Católica brasileira após o 15 de novembro de 1889, começou a deixar de existir na medida em que republicanos e críticos do Império passaram a ganhar preponderância e terreno para consolidação de um novo regime. Logo em 07 de janeiro de 1890, o decreto 119-a apartava Igreja e Estado, para surpresa e temor da instituição romana no Brasil.

Logo no primeiro artigo o texto do decreto 119-a diz:

> E' prohibido á autoridade federal, assim como á dos Estados federados, expedir leis, regulamentos, ou actos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vedando-a, e crear differenças entre os habitantes do paiz, ou nos serviços sustentados á custa do orçamento, por motivo de crenças, ou opiniões philosophicas ou religiosas.[10]

Neste primeiro artigo, já estava expresso a separação entre Igreja e Estado. No segundo, concede plena liberdade para a atuação pública ou privada de todos os cultos e religiões; no terceiro, foi instaurada a plena liberdade religiosa, de culto, para indivíduos, religiões, institutos, e associações; no quanto,

[10] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D119-A.htm#:~:text=Prohibe%20a%20interven%C3%A7%C3%A3o%20da%20autoridade,padroado%20e%20estabelece%20outras%20providencias. Acesso em 16/03/2021.

o padroado é extinto; no quinto, o decreto estabelece que todas as igrejas e confissões religiosas serão reconhecidas como pessoas jurídicas, gozando do direito de possuírem bens dentro de suas propriedades, sempre respeitando os limites da lei; no sexto, o decreto diz que o governo federal continuará a prover o sustento aos seminários católicos, possibilitando também que os estados fizessem isso com outros seminários a seu arbítrio; o sétimo, revogou as disposições anteriores. Em suma, o decreto de apenas sete artigos estabelece, pela primeira vez em terreno brasileiro, o Estado laico. [11]

Outros decretos foram baixados no mesmo mês até a outorga da constituição de 24 de fevereiro de 1891, onde se confirma e é consolidado o Estado Laico, proibindo o voto de membros de ordens religiosas, estabelecendo ampla liberdade religiosa, a secularização de cemitérios, o ensino laico, o casamento civil, entre outras medidas. [12] Mas antes de analisarmos o impacto recebido e absorvido pela Igreja Católica no Brasil, na promulgação da referida constituição, (impactos estes que irão repercutir nas cartas pastorais dos anos seguintes), convém analisarmos os primeiros movimentos da Igreja após o seu desmembramento do Estado.

A seguir, serão citados temas abordados nos documentos ao longo dos anos de 1889 a 1916, em especial aqueles que orbitam em torno da centralização e reestruturação.

Começando pela centralização e organização dos homens de batina, poder-se-á dizer que as pastorais após 1900, começando pelo documento de 1904, para ser mais preciso - não que nos pronunciamentos anteriores não houvesse esforços de arrumação -, escancaradamente apelam para a centralização, organização e hierarquia do clero nacional. Tal conduta justifica-se pela conjuntura política do período, e dentre vários outros fatores, pela instituição clerical historicamente no Brasil nunca ter gozado de uniformidade e

---

[11] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D119-A.htm#:~:text=Prohibe%20a%20interven%C3%A7%C3%A3o%20da%20autoridade,padroado%20e%20estabelece%20outras%20providencias. Acesso em 16/03/2021.

[12] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em 16/03/2021.

unanimidade ideológica. Sempre houve no núcleo da Igreja Católica, discrepâncias e discursos antagônicos em questões teológicas, tais rivalidades eram ainda mais agudas no que tange a assuntos políticos. Na gênese da turbulenta República, os desencontros permanecem, “[...] os católicos começaram a posicionar-se, de maneiras diversas, em frente do regime republicano.” (LUSTOSA, 1990, p. 20).

As reiteradas recomendações nas primeiras pastorais desde 1890 (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1890, p. 74-76), para que os clérigos não se envolvessem em questões políticas, a apologia e a aceitação feita perante a liberdade religiosa e até mesmo em relação à República, evidenciam clara falta de coesão interna em questões políticas. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1904, p. 19). O número e a intensidade dos apelos para o não envolvimento do clero em questões políticas, explicita sob tal retórica, católicos amantes do Império, e aqueles – ainda que em números acanhados – favoráveis a República. (LUSTOSA, 1990, pp. 21-22).

O caráter pedagógico da pastoral de 1890 explicando as vantagens das novas relações existentes entre Igreja Católica e Estado, explanando sobre indiferença da igreja sobre as formas de governo desde que a cruz não fosse vilipendiada, demonstra uma preocupação em esclarecer suas posições, para que mediante à hierarquia institucional, posições diversas não fossem deflagradas por membro do clero. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1890, p. 77). As demais pastorais visavam reforçar as orientações, mantendo-se sensíveis também a novas posições demandadas no contexto nacional e internacional. A pastoral coletiva de 1904, por exemplo, destaca-se por ser o primeiro documento minuciosamente normativo e extremamente detalhado e pormenorizado, ao definir as atribuições e as diretrizes do clero católico brasileiro. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1904). Diz a pastoral de 1907:

> Por esta razão insistimos principalmente pela pratica fiel de Nossas duas Pastoraes e das Resoluções respectivas que nos annos de 1901 e 1904, de S. Paulo e Apparecida vos trasmittimos. [...] Porquanto, si algumas das medidas propostas e determinadas nellas foram, com visível proveito de Nossas dioceses, postas em execução, o mesmo não podemos affirmar de outras que até hoje permaneceram letra morta, com prejuízo manifesto da causa, pela qual Nós e vós nos devemos sacrificar, si necessário for, queridos filhos. [...] Para essas olvidadas chamamos

> vossa attenção, por serem pontos de remontado alcance, e vos lembramos que em nossas resoluções não há só medidas directivas, há também verdadeiros preceitos, que ligam a consciência do clero e dos fieis, mais ou menos gravemente, como do teor das mesmas e da sua importância se póde colligir. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1907, pp. 06, 07).

Ainda sobre a centralização clerical, outra pastoral que chama a atenção para a importância das medidas normativas edificadas pelo episcopado e o alinhamento do clero a elas, é a pastoral de 1911, que considera:

> Lede e relede nossas Resoluções, que a isso sois obrigados em consciência. E até parecera excusado insistir ou simplemente lembrar esta obrigações de ler, visto como dareis contas a Deus de não haverdes executado o que neste volume vae prescripto, nem haverá excusa de have-lo ignorado, por ser nova culpa a mesma ignorância. Não presumimos que haja entre nós Sacerdote tão indigno de seu caráter a ponto de fechar os olhos, e não ler sequer o que com tantos sacrifícios elaboramos para seu proveito. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1911, p. 58).

A esplanada obrigatoriedade do clero de tomar nota das regulamentações estipuladas (como citado nos fragmentos acima), vem nos documentos acompanhada por estabelecimento de condutas que toca os mais variados pormenores da vida clerical. Este esforço de, minuciosamente, apontar as condutas esperadas permanecem até os dias de hoje, visto que as relações sociais estão em constante mutação. Porém, o que causa espécie entre os anos 1890 e 1916, é a intensidade e o vigor empregado pelos clérigos na reestruturação do clero nacional nas suas mais íntimas e minudentes ações. O alinhamento lastreado no Concilio Plenário Latino-Americano, tal como exemplificado na pastoral de 1904, é o dardo norteador das normas lançadas pelo episcopado brasileiro. Sob tais circunstâncias, o profícuo exemplo narrado da pastoral de 1904 auxilia na compreensão do nível de organização exigido e empreendido pela Igreja. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1904).

O segundo ponto muito debatido no período (1889-1916) era a respeito das medidas que envolviam educação de jovens e crianças, a exemplo das recomendações citadas em 1904. O episcopado cobrava um esforço sistemático do clero para criar escolas e tratar as crianças, de todas as condições econômicas e sociais. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1911, p. 59). As escolas

seriam fundamentais para lançar as bases do catolicismo no Brasil, essenciais para rivalizar com escolas laicas que estavam em expansão. A condução do ensino católico seria responsável por subtrair a clientela do ensino laico - que segundo a Igreja Católica era ateu -, e para salvar e expiar dos jovens o pecado e a danação eterna, conduzindo-os para o céu. Sobre a educação, diz a pastoral de 1911:

> Em um de nossas dioceses já existem neste momento mais de 400 escholas catholicas, creadas pelos catholicos, sustentadas pelos catholicos, e postas em tal pé de adeantamento e perfeição que as escholas publicas não lhes podem fazer vantagem. Em outr há varias freguezias de arraiaes, que sustentam4, 5 e mais escholas sem nenhum euxilio dos cofres publicos. Porque não poderemos ao menos alguma cousa, quando nossos irmãos puderam acabar esses admiráveis resultados?... E' porque aterrados com difficuldades, ás vezes imaginarias, não animamos sequer a tentar. Damos o primeiro passo, e não recuemos, tentar antes implorado auxilio do céo, e continuando a imploral-o sempre, porque sem elle baldados serão nossos esforçoes, e nem ao menos concebel-os poderemos. [...] Compenetremo-nos de quanto importa a educação chistã do menino, attentemos bem para o que fazem os adversários e effeito de ganhar a creança principalmente com as escholas atheas, em que nem o nome de Deus se Prifere; e teremos força para emprehender tudo em favor da infância e da mocidade. (EPISCOPADO BRASILEIRO,1911, pp. 54, 55).

A íngreme e escarpada jornada da Igreja Católica brasileira para empreender escolas católicas tomou grandes espaços nas pastorais clericais. Tanto a robusta política de zelo pela criação das escolas, o acolhimento e o amparo de jovens e crianças, como as medidas e resoluções empreendidas pelo episcopado na busca da hierarquização e centralização do clero, pareciam ser necessárias para sobrepujar o terceiro assunto discutido nos documentos clericais, e, que aqui será objeto de explanação: a percepção difundida nas pastorais, que a conjuntura nacional, o mundo, o tempo, estavam submersos no paganismo, desgraça e desordem.

É frequente no período (1889-1916), - mas não apenas -, a narrativa de tempos de tormenta, tais como narrados nos exemplos das pastorais de 1900 e 1904 citadas acima. Segundo a percepção da Igreja Católica brasileira, as crises econômicas, políticas, morais, a perversidade das guerras e a indignidade da

miséria, eram oriundas da ausência de fé, e a indiferença quanto à religião da Santa Sé. Para purgar o mundo da degeneração, as resoluções e medidas implementadas, isto é, a centralização empreendida, a hierarquização possuiam como norte Roma e o trabalho junto a jovens com a criação de escolas, possuem como finalidade: "[...] promover a restauração do mundo, segundo os moldes do Evangelho [...]." (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1907, p. 21).

O ambiente desesperador, calamitoso e cataclísmico desenhado pela Igreja Católica brasileira (como já mencionado), perpassou as pastorais coletivas citadas. Ademais, para exemplificar, poder-se citar o documento episcopal de 1911:

> O inimigo de Deus e dos homens, irritado com os triumphos de Jesus Chisto, atira-se no campo da lucta com o furor do desespero, e quer por todos os meios destruir a fé, demolir a Egreja e expallir o mesmo Deus dos corações e da mamoria dos homens. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1911, p. 50-51).

Outro exemplo profícuo da amargurada aflição narrada pelo clero, está na pastoral de 1915:

> Todas as vezes que em cumprimento dos múnus pastoral nos dirigimos a vós, amados irmão e filhos, exige de nós a lei divina séria diligencia e de vós toda attenção e cuidado; mas as actuaes condições do mundo e da pátria obrigam-nos a especial desvelo e a vós á mais attenta observância, para que com os esforços juntos e combinados, auxiliando-nos a graça de Deus, possamos minorar tão grandes males. [...] Para onde quer que hoje lancemos os olhos, encontramos motivos de profunda dor: quase toda a Europa ardendo nas chamas da mais tremenda guerra, que viram os séculos, chamas que se vão alastrando por outras partes do mundo, e extendem até nós seus desastrados effeitos: nossa querida pátria reduzida a tão lastimoso estado, que a não receber do céo um rasgo especial de misericórdia seria inevitável sua ruína. Si olhamos para nossas dioceses, onde razão era achássemos allivio a tão profundas penas, algumas consolações sim se nos deparamos, mas de envolta com tão acerbas causas de dor, que quase podíamos axclamar com o grande Machabeu: *Melius est nos mori...*

> *quanm videre mala gentis nostrae et sanctorum*.[13] (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1915, pp 33-34).

Além das cartas resumidas acima, há o fragmento datado de 1911 expressando um dado inimigo da Igreja Católica, ou a descrição do cenário apocalíptico de 1915 em meio a Primeira Grande Guerra. Todos narram um cenário onde a igreja estava em situações desfavoráveis e até mesmo sob ataques. É para contornar tais intempéries narradas pela Igreja, sobre tempos lúgubres e sinistros atravessados pelos clérigos, que as medidas de centralização e o trabalho com jovens e crianças eram tão importantes para superação de tais circunstâncias impostas. As normas estabelecidas pela Igreja Católica em suas pastorais, eram vendidas como antídotos para os tempos que atravessavam os homens de batina, tais percepções estão presentes nos documentos, de forma indireta, ou de forma explicita como na pastoral de 1890:

> "E' a hora de surgir do sommo, de espertar da inércia, de estimular brios, de agir, de agir com valor e de concerto, de combinar um grande e generoso esforço para defender, restaurar e fazer florescer a nossa Religião e salvar a nossa pátria." (EPISCOPADO BRASILEIRO 1889, p. 67).

Em suma, os anos de 1889 e 1916 foram marcados, primeiramente pela narrativa de que a Igreja atravessava tempos lúgubres; em segundo lugar, o clamor de uma educação para jovens e crianças; e em terceiro lugar, o esforço hercúleo do episcopado para promover uma centralização robusta, a hierarquização, normatizações e organizações. É nesse contexto denso, turvo, turbulento, que narrativas nacionalistas foram empreendidas pelo episcopado e por clérigos de destaque intelectual nos meios católicos do período. Sobre o nacionalismo católico, trata-se de um tema a ser explanado e debatido no próximo subcapítulo.

## 3.4 A tradição e o passado da pátria católica

[13] A passagem em questão está no livro primeiro Macabeus, 3: 59, e diz: "É melhor nossa morte do que ver o mal da nossa nação e dos santos" (**tradução nossa**). Acesso em 02/02/ 2022, disponível em: https://www.biblegateway.com/passage/?search=I%20Machabaeorum%203%3A59&version=VULGATE;NIV

> [...] Acontece, porém, que se dentro da coletividade, uma classe se organiza para dominar o resto da nação, subordinando-a aos seus interesses, hão de repetir-se as exigências e exações, por parte da classe dominante, já antagônica com o perfeito desenvolvimento das outras gentes, que formam o povo propriamente dito. (BOMFIM, 1998, p. 37).

A epígrafe acima foi extraída da obra *O Brasil Nação*, de Manoel Bomfim, cuja primeira publicação data de 1931. O fragmento explicita uma classe dominante que visava subordinar os demais (o texto chama estes "demais" de nação), a seus anseios. Hobsbawm entende o nacionalismo de forma similar, ou seja, grupos que ao ascenderem ao poder, submetem uma dada população a suas percepções de nação. Diz Hobsbawm:

> As nações, postas como modelos naturais ou divinos de classificar os homens, como destino político... inerente, são um mito; o nacionalismo, que às vezes toma culturas preexistentes e as transforma em nações, algumas vezes as inventa e frequentemente oblitera as culturas preexistentes: *isto* é uma realidade. Em uma palavra, para os propósitos da análise, o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto [...] (HOBSBAWM, 2011, p. 20).

O discurso nacionalista não é efetuado sem lastro, ele afirma ou nega relações ou discursos. No caso da percepção de Hobsbawm (2011) ou de Anderson (2008), o nacionalismo configura-se como um fenômeno moderno, e devido a sua modernidade, esgrima-se com as mais variadas ideologias e correntes de pensamentos típicas da modernidade. Semelhante a Smith (2006), há aqueles que discutem nações e nacionalismo em limites cronológicos para além do que comumente se entende por modernidade (seja período medieval ou antiguidade), também elaborando narrativas e as reverberam em seus discursos combatendo contrastes, afrontas e conflitantes narrativas; ou, para dar lógica a relações já existentes.

John Breuilly é um dos grandes defensores do nacionalismo como um fenômeno político e moderno. No pensamento de Breuilly, os nacionalismos são expressões políticas que visam tutelar o Estado, muitas vezes querendo unificar

ou a renovação do Estado. A esse respeito, explana Breuilly sobre o nacionalismo:

> A nationalist argument is a political doctrine built upon three basis assertions:
>
> a) There exists a nations with na explicit and peculiar character.
> b) The interests and values os this nation take priority over all other interests and values.
> c) The nation must be as independent as possible. This usually requires at least the attainment of political sovereignty. (BREUILLY, 1993, p. 02).[14]

Se tratando de Brasil no século XIX, com crescente pujança, as ondas da modernidade começam a tocar o solo brasileiro, ideologias dos mais variados segmentos arrebatavam seguidores já no Império. (SODRÉ, 1986, pp. 39, 40).[15] Na Primeira República, em meio à pluralidade de ideias, e à aferrada oposição de grupos privilegiados politicamente logo após a queda do Império, a Igreja Católica brasileira viu-se em tais condições, isto é: submersa num ambiente ideologicamente hostil advindo de tutores do aparelhamento de Estado, sem anteparo algum da máquina pública, e sob o crescente aumento de religiões concorrentes. Para contornar a adversa conjuntura, a Igreja Católica elaborou, - além de seu projeto de centralização e reestruturação -, discursos que

---

[14] "Um argumento nacionalista é uma doutrina política, construída com base em três asserções: A) Existe uma nação com caráter explicito e peculiar; B) sobre todos os outros interesses e valores; C) A nação tem de ser tão independente quanto possível. Em geral, isto exige a obtenção de pelo menos, a soberania política." (TRADUÇÃO NOSSA).

[15] Em um panorama mais amplo, já em meados do século XIX é possível ver as evidentes transformações nas relações produtivas do território brasileiro. Gradativamente as relações coloniais da aristocracia nacional, foram sendo transformadas, alinhando-se às novas relações globais do sistema capitalista que, desenvolvia-se com cada vez mais ímpeto na Europa, espalhando seus tentáculos aos mais longínquos territórios do planeta. (HOLANDA, 1995 p. 73-74). Das incontáveis transformações culturais ocorridas no território brasileiro por conta das novas ordens globais, podemos destacar o processo de "modernização" dos intelectuais brasileiros, ou seja, a assimilação de doutrinas cientificas fruto das progressivas transformações trazidas pelo sistema capitalista do continente europeu, mais especificamente da França (SODRÉ, 1986, p. 39-40).

ideologicamente a defendia ou que legitimavam seus anseios e condutas. O discurso nacionalista fez-se presente nos limites cronológicos deste capítulo, porém na maioria dos documentos apresentou-se como uma narrativa lateral, permeando quase todas as pastorais e frequentemente presente nos discursos dos clérigos de destaque no período.

Em 19 de março de 1890, a primeira pastoral coletiva da Igreja Católica brasileira foi lançada, trazendo à lume um documento sem precedentes na história da instituição no Brasil, isso para reagir a uma conjuntura nacional também sem par na história nacional. O documento em questão visava esclarecer a posição do clero brasileiro frente às mudanças que estavam acontecendo após a derrocada do Império, - entre estas mudanças, podemos destacar umas das mais sensíveis aos interesses clericais, isto é: o decreto 119-A, de 07 de janeiro de 1890, decretando a ampla liberdade religiosa e praticamente sacramentando o Estado laico. A posição firmada pelo episcopado esclarecia internamente sobre como os homens de batina deveriam proceder em meio a tais novidades políticas e sociais. Ainda que houvesse estas tentativas, o documento também fazia um claro aceno aos detentores do poder, colocando a Igreja Católica como parceira de todos os modos de governo, inclusive o republicano, desagrilhoando assim a imagem da Igreja Católica brasileira do finado Império. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1890).

A pastoral coletiva de 1890 disserta sobre os mais variados assuntos políticos, teológicos e sociais. Contudo, iremos focar apenas nos atributos nacionalistas que este importante documento traz em seu bojo.

Na pastoral de 1890, é possível constatar que o episcopado brasileiro acreditava que a Igreja Católica fundou a nacionalidade brasileira. Diz o episcopado:

> O' Santa Egreja Catholica! Egreja de Deus vivo! eis-te, pois, privada da corôa de honra com que n'esta terra te cingiram a fronte os nosso maiores, os inclytos estadistas que fundaram nossa nacionalidade. Bem que embuidos no liberalismo da Revolução franceza, eles te respeitaram, eles te mantiveram no posto soberano que já ocupavas, e consagraram na Carta constitucional os foros, que tinhas e terás sempre de EGREJA DO POVO BRASILEIRO. Como todos os grandes legisladores, como todos os grandes fundadores da nação, eles viram que a

> Religião devia ficar a base inconcussa do edifício politico que fabricavam. Não deram abalo n'este ponto de que depende a estabilidade de tudo. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1890, p. 41).

Segundo o texto, como fundadora da nacionalidade brasileira, a pátria é católica, e condutas que beneficiassem a Igreja Católica brasileira consequentemente favoreceriam a pátria.

> E' a hora de surgir do sommo, despertar da inercia, de estimular brios, de agir, de agir com valor e de concerto, de combinar um grande e generoso esforço para defender, restaurar e fazer florescer a nossa Religião e Salvar a nossa pátria. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1890, p. 67).

Quanto ao mútuo favorecimento de nação e religião, diz o texto:

> Saibam todos que nós também, Catholicos brazileiros, não sêparamos em nossos corações estes dous amores, oriundos ambos da mesma fonte que é Deus, o amor da Religião e o amor da patria, e que por este dobrado vinculo nos acharemos sempre perfectamente unidos! (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1890, p. 81).

No mesmo ano da pastoral de 1890, em meio aos efervescentes debates políticos, e após vários decretos que laicizavam o Estado – isso após o decreto 119-A de 7 de janeiro -, o episcopado brasileiro resolveu apelar para o chefe do governo provisório com o documento chamado: Reclamação do Episcopado Brasileiro ao Chefe do Governo Provisório. O documento visava conter o ímpeto modernizador de liberais e positivistas que buscavam a laicização do Estado. Pelas lentes da Igreja Católica brasileira, o laicismo ou qualquer outra proposta oriunda de correntes de pensamentos da modernidade, eram revestidas por ateísmo, em oposição aos valores sagrados defendidos, rigorosamente, pelos homens de batina. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1890, p. 07).

Nesta baila, o laicismo era a encarnação da modernização condenada e execrada pela Igreja Católica brasileira. Porém, os clérigos brasileiros apresentavam um discurso vinculando a Igreja Católica ao bem-estar da pátria, isto é, a instituição romana era apresentada como a fonte de saúde da nação. Para os membros do episcopado, as ideias modernas, o ateísmo que cada vez mais vigoroso em solo brasileiro só poderia resultar em nefastos frutos à nação brasileira, condenando-a. Diz o documento:

> Que maior pedra de escândalo do que a irreligião na escola? Eduque-se no atheismo a geração que desponta, e bem depressa, diante de nossos olhos contristados, apparecerão estiolados pelo vicio esses corações juvenis, em que a Religião e a Patria depositavão as mais fagueiras esperança! Que tremendas maldições cahirão sobre nosso caro Brasil, se ele se tornar réo de tão enorme crime! (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1890. P. 16).

Atrelando a religião católica à pátria, o episcopado coloca a defesa da nação (da pátria), como sendo um gesto de patriotismo, de defesa da nação, do povo brasileiro. O comunicado ao chefe do governo provisório Deodoro da Fonseca chegou inclusive, a clamar por um gesto de nacionalismo do Sr. Marechal, para que fossem defendidos os interesses católicos em solo Brasileiro, interesses estes que eram também o da população. Diz o episcopado:

> Basta, Sr. Marechal. O Episcopado brasileiro não podia nem devia esquecer o seu dever de reclamar. Appellamos para o patriotismo de V. Ex., e, apezar das tristezas que nos inundão a alma, usamos esperar na efficacia de sua legitima interferência para serem toralmente delidas do projecto de Constituição federal as clausulas contrarias aos direitos da Egreja, ali inseridas com tão cruel affronta dos brios do catholico porvo brasileiro! [...] Depositario de um poder excepcional, é V. Ex. competente, repetimos, para fazer-nos justiça, e está exclusivamente nas suas mãos impedir a violação de nossos direitos. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1890, pp. 18, 19).

O manifesto descontentamento dos bispos expresso no conciso documento, também foi adotado como um ato de nacionalismo da elite clerical brasileira. O comunicado era uma manifestação de patriotismo que visava defender a pátria da ameaça do “atheismo social” (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1890, p. 20), perigoso, deformador, veneno pernicioso para nação brasileira. Dizem os clérigos:

> Seja porém como for. Se, cerrado ouvidos aos nossos patrióticos protestos, assentou o governo provisório de enveredar pelos caminhos tortuosos de uma palitica de violência, ficaremos com a alma enlutada, sim, porque o futuro de nossa pátria se nos antolhará pejado dos mais funestos males; mas não succumbiremos ao peso do desalento, porque o desalento não

> é christão, nem se coaduna com a firmeza do nosso caracter episcopal. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1890, p. 20-21).

Outro documento importante por expressar forte nacionalismo, é a pastoral de 1900[16]. Logo de início o texto expressa evidente júbilo com o final do século XIX, período de "descrença" e "infiéis", tempo de grande ultraje e desrespeito à religião e a "Deus salvador". Além das jubilosas manifestações do término do século XIX, o autor destaca outro evento de igual destaque: a comemoração do 4 centenário do que o documento chama de "[...] nosso nascimento civil e religioso". (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1900, p. 06).

No texto, o Brasil é destacado como sendo uma terra ilustre, abraçada por Deus, gozando de uma história relativamente pacífica e singular frente às demais nações do globo. O documento em questão argumenta que o catolicismo foi o laço que atou a nação brasileira, dando a esta uma nacionalidade. Sob a análise do texto, o Brasil é um país católico, que contempla uma história de relativa paz e prosperidade, - se comparado a outros países do planeta - com poucas guerras no perpasso de sua história colonizadora e recolonizadora, salvando a nação brasileira do aniquilamento social, graças às intercessões e benevolência divina. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1900)

As desgraças passadas, isto é, a escravidão, a caça e os maus-tratos dispensados aos indígenas, foram fenômenos que a Igreja tentou corrigir, gerando até mesmo perseguição aos pastores religiosos. As barbaridades da escravidão de negros, também foi outra macula na história do Brasil, fruto da intervenção humana, e da "[...] diminuta consideração dos governos para com os assuntos religiosos". (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1900, p. 16).

Segundo o texto, o início dos ultrajes contra a religião católica começou no Império. Exercendo uma falsa proteção, o Império patrocinou, na visão expressa no documento, ideias antirreligiosas no Brasil, sendo condescendente com discussões e debates que vilipendiavam a religião católica. Em uma das várias passagens críticas ao Império, diz o documento:

---

[16] Cabe-nos explicar que a carta pastoral de 1900, é revestida de aparente ufanismo, semelhante ou mesmo lembrando um texto publicado no mesmo ano, de Afonso Celso, a obra *Porque me ufano de meu país* (1908). A carta pastoral defendia a tese de que o Brasil destacava-se frente aos demais países do globo, por infinitas graças derramadas por Deus sob esta terra.

> Em quanto deste modo se a opprimião as Ordens religiosas, que civilizarão nossa pátria, tinhão expansão libérrima e maçonaria e as outras sociedades secretas, que a Santa Igreja reprova e condemna com os seus mais severos anathemas. Não vimos nós, amados irmãos e filhos, nosso Bispos arrastados aos trinunaes e condenados á prisão com trabalhos como insignes criminosos, em obsequio á maçonaria, por condemnarem a seita, que a Snata Igreja condemna, e fazerem effectivas leis desta mesma Igreja em um paiz, cujo governo dizia professa-la? Vimos a religão desrespeitada em seus ministros, desprezada em seu culto, e ameaçada de leis iniquas, que já esvoaçavão, como aves negras, no céo turbado da pátria, e que sobre ella cahirão de chofre na mudança do regimen politico. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1900, p. 17-18).[17]

O Império impedia o crescimento do clero para atender a demanda nos recantos mais longínquos do país; diferente desta proteção sufocante imperial, a liberdade da Igreja Católica foi louvada pelos clérigos. (MICELI, 1988). Mas os "[...] germens da destruição religiosas" (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1900, p. 18) existentes no Império, ainda persistiram na República, haja vista que esta segunda apartou-se da religião católica - única e divina religião, aquela que deu vida e civilizou o Brasil segundo o espicopado -, do Estado, e nivelando-a "[...] superstições inventadas por homens". (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1900, p. 18. Além de apontar os problemas para a religião católica na República, o documento também atacou veementemente a imprensa radical opositora ferrenha da instituição romana. Diz a pastoral coletiva:

> A liberdade de cultos levada aos últimos extremos, e da imprensa sem nenhum correctivo no que póde ousar de mais radical e de mais ímpio, a insinuação dos princípios e praticas destruidores da família, da sociedade e da religião, não erão coisas estranhas; erão causas de gabos e de gloria em nossa terra. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1900, p. 17).

Segundo o texto, a religião católica "[...] informou a vida dos Brasileiros, que lhes deu civilização, adoçou os costumes, conservou a unidade nacional, e

[17] A prisão citada neste fragmento de ataque ao Império, refere-se à Questão Religiosa de 1872-1875, fato que levou a prisão de dois bispos, D. Vital (bispo de Olinda no período) e D. António Macedo Costa (bispo do Pará), por uma série de conflitos com membros da maçonaria.

é o patrimônio mais precioso que recebemos de nossos paes e queremos legar a nossos filhos". (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1900, p. 19). Defender a religião católica de seus detratores deveria ser o norte dos fiéis que não deveriam ser omissos, indiferentes a questões religiosas tais como o Estado laico, e a ausência da religião na educação dos jovens e crianças. Defender a religião católica tratava-se de um ato de coragem, fé e de patriotismo, - almejando também, claro, a fuga da danação eterna. Dizia o episcopado brasileiro:

> Se devéras amamos nossa pátria, se queremos ver pospera, respeitada, tranquila e una, trabalhemos a todo nosso poder para restituir a Jesus Cristo. Procuremos que Jesus seja reconhecido e adorado pela sociedade, e não só pelos indviduos; publica e oficialmente, e não só no interior das casas, no recinto dos templos e junto aos altares. Esforcemo-nos por cancellar do nosso código fundamental essas leis de apostasia que são a desgraça da nação Brasileira. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1900, p. 24).

No texto, a ideia de que o ano de 1900 é um ano de expiação dos pecados passados, e que o século seguinte pode ser diferente dos anteriores, é bem presente no texto, principalmente próximo de suas linhas finais.[18]Em seguida, o texto aponta os movimentos que deveriam ser feitos pelo clero cujos destinatários eram aos leigos, pais, meninos e crianças, para que estes passassem a contemplar com exorbitante regozijo a religião católica. Os objetivos de tais atos consistem em:

> [...] reunir em um fascieculo os interesses do individuo, da pátria, de Deus, ficando o homem feliz, a pátria prospera e respeitada, Deus conhecido, amado e obedecido. Esta tripce glorificação do homem, da pátria, de Deus, é o alvo onde atirão os nossos ardentíssimos anhelos como Brasileiros, como chistãos, como Bispos. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1900, p. 33).

Em seguida, o texto segue fazendo recomendações, exigências e definindo datas para festas e dias reservados de cada semana para orações,

[18] Em alguns momentos, o documento menciona as crises econômicas, os crimes abundantes e a violência existente até o momento em que a carta foi redigida, isto é 1900. Quanto às crises econômicas, provavelmente o documento aludia à bolha que, posteriormente, ficou conhecida como "encilhamento". Pois segundo John Schulz, "Embora o encilhamento tenha entrado em colapso em 1891, uma década inteira foi necessário para o retorno à estabilidade financeira" (SCHULZ, 2013, p. 30).

esperando melhores condições para religião católica, a salvação da pátria e dos homens.

Diferentes dos pronunciamentos episcopais lançados meses após o fim do Império, em que o clero preocupava-se com o radicalismo e prováveis ataques de seus detratores na elaboração da nova constituição, o Estado e as leis já estavam consolidados em 1900. Para Marchi (1993) por exemplo, a pastoral de 1900:

> O Estado já não preocupava o episcopado. Suas atenções voltavam-se para o resgate do povo católico, do culto litúrgico, das devoções ao Sagrado Coração de Jesus, da reza do terço, das associações devocionais e da espiritualidade. A pátria seria resgatada não pela aliança entre Igreja e Estado, mas pela espiritualidade. (MARCHI, 1993, p. 64).

A Igreja Católica fazia duplos movimentos, ora se voltando para o exterior, Roma, submetendo-se à hierarquia e seguindo institucionalmente as balizas internacionais da Igreja; ora buscava o nacional, clamando por independência e a nacionalização de seus ritos publicamente, rechaçando exemplos e pensamentos forasteiros que, possivelmente, poderiam prejudicar a instituição em solo tupiniquim.

As pastorais que sucederam a de 1900, isto é, os textos de 1904, 1907 e 1911, possuíam um perfil gerenciador, sempre buscando estabelecer e afirmar minuciosamente as condutas exigidas do clero. O ímpeto de organização, hierarquização e romanização era o foco de tais documentos, visando estabelecer as diretrizes nacionais da Igreja Católica brasileira com base nos rumos adotados pela Santa Sé, cujo as propostas eram internacionais.

Com a Grande Guerra fulminando vidas e fazendo arder parte da Europa, a pastoral de 1915 possui visíveis particularidades em relação às anteriores. O texto apresenta, não apenas uma preocupação com a doutrina, organização e hierarquização do clero (tanto que apresenta aos fiéis a Constituição clerical), o documento nutre também grandes preocupações com o aspecto social, preocupação com a posição da religião católica na sociedade, com o avanço do protestantismo e com a proliferação da imprensa opositora dos católicos. (EPISCOPADO BRASILEIRO 1915).

Para o episcopado na carta de 1915, um dos maiores perigos para a sociedade brasileira era o avanço do espiritismo, e por isso, cabia ao clero alertar

as famílias e a sociedade deste mal. O texto também chama atenção para os variados crimes presentes na sociedade brasileira do período. Diz o texto:

> Assombra-nos ver tantos crimes contra a justiça, tantos roubos manifestos ou coloridos com títulos falsos, tantas demissões caprichosas de empregados correctos, tantas calumnias, tantos empregos mal exercidos e bem remunerados, e tantas outras injustiças, que não tem perdão no tribunal de Deus, si não forem reparadas, quando possível. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1915, p. XXXVI).

Os crimes na sociedade brasileira eram fruto de descrença, segundo a percepção expressa no texto. Portanto, seria de responsabilidade do clero fornecer o antídoto para uma sociedade claudicante. O texto diz:

> Cousa certa e confessada é que estes crimes que infestam a sociedade procedem quase todos da ignorância das verdades da fé e dos preceitos divinos. Introduza-se nas almas o conhecimento de Deus e de Nosso Senhor Jesus Christo, da lei que elle nos impoz e das verdades que ensinou, e com toda certeza essa alluvião de crimes, si não desapparecer de todo, será reduzida á proporções mui diminutas. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1915, p. XXXVI).

Caberia aos católicos se organizarem para combater o protestantismo, o ateísmo, o laicismo nas escolas, os crimes da sociedade brasileira e a imprensa oposicionista. Propagar a fé – única responsável pela salvação social, moral e espiritual do povo brasileiro – seria um ato de patriotismo, diz a pastoral:

> Por isso podemos com toda razão averbar de inimigos da sociedade civil e domestica os que impedem, ou se quer dificultam o ensino religioso em qualquer camada social, devendo-se pelo contrario ter como verdadeiros patriotas os que favorecem e propagam com a palavra ou com a Penna, ensinando, aconselhando, escrevendo ou divulgando o que outros escrevem. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1915, p. XXXVI).

A pastoral destaca a importância da atuação dos católicos na defesa da fé e da sociedade civil. Sublinhando a imprensa como uma ferramenta fundamental para divulgação de boas condutas e para a cura da sociedade, sendo capaz, segundo o documento, de: “Defender a nossa fé, acata e inculca os preceitos divinos, únicos capazes de salvar o indivíduo e a sociedade, e que

promove a paz, a concórdia, a justiça, o respeito a autoridade [...].” (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1015, p. XXXIX).

As pastorais mais técnicas, com foco na estruturação do clero brasileiro, possuíam uma postura direta, estabelecendo minuciosamente os afazeres do clero nacional. As demais pastorais que chamam atenção para as demandas sociais do clero (tais com as pastorais de 1890, 1900 e 1915, como citadas aqui), já possuíam características nacionalistas, defendendo a Igreja Católica como sendo a alma da nação, a face do Brasil, parte nevrálgica da tradição brasileira.

Em suma, com base na metodologia empregada na conceituação do nacionalismo, podemos dizer que a Igreja Católica ostentava no espaço de 1889 a 1916, visões de nação, de pátria brasileira. Estas visões de nação, devidamente explicitadas nas pastorais atingiam todo clero (ou pelo menos este era o intuito), e pela natureza institucional hierarquizada e catequizadora da Igreja Romana, as diretrizes e as ideias desenvolvidas pelo episcopado deveriam encontrar tanto nos clérigos quanto na elite católica leiga, os meios de disseminação.[19]

### 3.5 O nacionalismo de Julio Maria

Julio Maria nasceu em Angra do Reis em 1850, fez um curso de humanidades em Niterói e com vinte anos de idade entrou e cursou com distinção a Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo. Após formado, aventurou-se na política, no direito, jornalismo e na poesia. (HAUCK, 1983, p. 18-19). Em 1884 mudou-se para Rio Novo (MG) – e ao que tudo indica, ali começu seu processo de conversão – onde passou a frequentar a igreja. Em 1889, com o falecimento de sua segunda esposa, renunciou à nomeação de Juiz Federal de Goiás e dedicou-se à teologia e, com a interseção do Monsenhor Fernando Barbosa, foi aceito no seminário de Mariana, onde foi surpreendido com a Proclamação da República. Conferida por Dom Silvério Gomes Pimenta

[19] O conteúdo dissertado em cada pastoral é ofertado como palavra inviolável e divina. Claro que tal percepção estava inserida num contexto de hierarquização (Romanização) da Igreja Católica Apostólica Romana, contribuindo para legitimar com cada vez mais vigor as posições do episcopado. Na pastoral de 1915 o episcopado chama a atenção do clero para importância de acatar e disseminar as palavras das pastorais: “Chamamos a attenção dos nossos cooperadores para estes pontos de indiscutível obrigação, posta pelo Supremo Legislador, ao qual todos sem excepção devemos obedecer sob pena de condenação eterna”. (ESPISCOPADO BRASILEIRO, 1916, p. XXXVIII).

sua Ordenação sacerdotal aconteceu em 29 de novembro de 1891, em Mariana, aos 41 anos de idade, momento em que Julio Maria passou a atuar como diácono em Juiz de Fora, onde serviu a Igreja Matriz. (HAUCK, 1983, p. 20-21).

Gradativamente, com fama de grande orador, Julio Maria foi se destacando na defesa do catolicismo. Em 1895, Julio Maria recebeu de Roma o título de Missionário Apostólico, em 22 de agosto de 1897 adentrou ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e após alguns impasses, tomou posse na última instituição citada, em 08 de dezembro de 1899. Em suma, mesmo com uma trajetória de vida incomum, e com várias tragédias, Julio Maria foi gradativamente ganhando prestígio dentro do clero brasileiro. (HAUCK, 1983).

Com a queda do Império, e a consequente fragmentação do clero, várias ideias passaram a reverberar sob os que ainda nutriam vínculos afetivos com o antigo regime, e com aqueles que eram favoráveis a mudanças. Em meio a um ambiente político incerto e a clérigos desunidos (como já narrado brevemente acima), a Igreja Católica Brasileira passou a adotar medidas de centralização, tanto em aspectos institucionais como nas suas posturas públicas, tudo expresso em suas pastorais coletivas. Foi neste ambiente e debatendo questões envolvendo a República e o Império que Júlio Maria se destacou.

Maria foi uma figura proeminente ao posicionar-se a respeito da mudança para o Estado laico. Em um texto chamado “A verdadeira idéia da teoria da separação”, publicado por Júlio Maria em 1897, o autor debate especificamente a separação entre Estado e Igreja. Na obra em questão, diferente de muitos amantes do padroado, Maria não se opõe veementemente à República, mas sim o oposto; o autor chega até a se alegrar por não acontecer na República, as perseguições religiosas que ocorreram em outras repúblicas no perpasso da história. (JULIO MARIA apud LUSTOSA, 1990, p. 97).

Maria faz questão de enfatizar que não ansiava “[...] chorar saudades do passado.” (JULIO MARIA apud LUSTOSA, 1990, p. 98), pois para o autor, a administração do Império nas questões religiosas foi deletéria. Para o autor, a separação era favorável à Igreja Católica. Agora sem a proteção “sufocante” do Império, os clérigos iriam ganhar autonomia e liberdade em seus posicionamentos, ordenamentos, construção de igrejas, criação de dioceses etc.

Para Julio Maria, a separação entre Igreja e Estado não significava a gestação de hostilidades entre as instituições apartadas, assim como uma união entre Igreja e Estado não significava subordinação de uma instituição pela outra- como aconteceu no Império, ou seja, a subordinação da Igreja Católica frente ao Estado. Seu posicionamento de aceite da República não o impediu de atacar republicanos radicais que visavam banir a Igreja Católica da política, afastando símbolos católicos das esferas públicas, segundo o autor. (JULIO MARIA apud LUSTOSA, 1990, p. 99-100).

Caminhando para o término de seu ensaio, Maria colocou o catolicismo como sendo a cura para uma massa claudicante, o antídoto para uma nação doente. Isso porque, na percepção do autor, o Brasil era uma país fundamentalmente católico, desde seu nascimento até seu crescimento como nação. Voltar-se para o catolicismo seria salvar a pátria e as almas dos que nela habitam. De outro modo, tratava-se de uma manifestação de fé, de respeito às leis divinas e um movimento de patriotismo, do "[...] verdadeiro amor patriótico". (JULIO MARIA apud LUSTOSA, 1990, p. 101).

As obras de Julio Maria são abundantes. Em uma obra intitulada *O catolicismo no Brasil (1950),* o autor elabora rigorosas ressalvas aos historiadores críticos da Igreja, ou que não davam à respectiva importância à história da instituição no Brasil, - história está indissociável da história da nação, segundo o autor. Julio Maria também elaborou agudas críticas aos cientificistas de seu tempo e a histórias do Brasil produzidas por estes, (a história de homens de letras contrários à Igreja). Para Maria, o território brasileiro desbravado pelos jesuítas era resultado da vontade divina, neste caso o descobrimento do Brasil seria fruto de um poder divino. Para o autor, a nacionalidade e a alma brasileira são católicas. Diz ele:

> Dando, como dou, na história do Brasil, o primeiro lugar ao catolicismo; afirmando, como afirmo, que o catolicismo formou a nossa nacionalidade; pretendendo, como pretendo, que um ideal de pátria brasileira sem a fé católica é um absurdo histórico, tanto como uma impossibilidade política; entendo, como entendo que num país que surgiu, cresceu e se desenvolveu à sombra da Cruz, uma democracia anti-religiosa não pode deixar de ser uma democracia artificial; enfim, julgando, como julgo, que não

> se pode escrever a história do Brasil sem dar a supremacia ao fato religioso, eu não nego por isso a importância de seus fatos políticos, militares, jurídicos, científicos, industriais. Estabeleço, apenas, uma hierarquia entre fatos. (JULIO MARIA, 1950, p.26-27).

Júlio Maria em vultosas passagens no perpasso do livro, colocou o catolicismo e as crenças dos brasileiros como "[...] o princípio de vida do Brasil', 'alma da nação". (MARIA, 1950, p. 28). O autor prossegue com críticas, fazendo sempre um vínculo com seu presente e a artificialidade democrática de seu tempo, ao negligenciarem a religião católica.

> Dá fé religiosa que fundou o Brasil, por que é impossível escrever a história do Brasil quebrando a cadeia da tradição, repudiando o sentimento de nossos antepassados, que por toda a parte, no alto das montanhas, nas cumiadas dos edifícios, nos templos, escolas, nos lares – ergueram o símbolo sagrado do fundador do cristianismo. O é hoje nas classes dirigentes, nos seus homens de letras, nos seus estadistas, políticos e parlamentares, nos próprios educadores da mocidade um país cheio de preconceitos contra o catolicismo. (JULIO MARIA, 1950, p. 28).

O texto é dividido em três. O primeiro capítulo comporta algumas considerações do autor sobre a raiz da nação brasileira, ao apresentar explanações sobre a importância do catolicismo para a nação desde o período colonial. O segundo, por sua vez, explana sobre o catolicismo no Império, e como este último sufocou (orientação clerical da pastoral de 1890, o documento acima) a Igreja, proporcionando o avanço de seus inimigos. O terceiro, embora Júlio Maria cite diversos autores, suas constatações são mescladas com memórias, e neste capítulo, críticas ásperas são feitas aos inimigos da Igreja com o surgimento da República, estre os opositores da Igreja Católica brasileira estava os positivistas. (JULIO MARIA, 1950,).

Em ambas as obras citadas, Maria estabelece o catolicismo como um critério objetivo para definir o que é a nação e o povo brasileiro. Tal afirmação singulariza e dá forma a aquilo que o autor entende como brasileiro, com isso ao definir o que é o brasileiro, consequentemente estabelece o que não é a nação, o que não é o brasileiro, isto é: o Brasil é católico e qualquer postura contraria ao catolicismo seria também contraria à pátria, à nação. O catolicismo deveria

ser soberano, visto que era a alma da nação e a cura das mazelas nacionais, e o povo não deveria acanhar-se ou omitir-se das questões sociais da Igreja, ambos deveriam seguir juntos, pois segundo Julio Maria em sua obra *A Igreja e o Povo* (1983):

> "Clero e povo identificados – nem o clero morrerá de fome, na falta de um mesquinho salário oficial, dado em permuta de tanta exigência e tanta sujeição; nem o povo morrerá à minha de verdade, porque lhe falte o contato, a convivência com aqueles que devem ser os seus mestres e conselheiros." (JULIO MARIA, 1983 p. 39).

Para Julio Maria o Brasil nasceu e cresceu nos seios do catolicismo, a religião romana tornou-se a alma da nação, o centro gravitacional e um núcleo vital do povo, da nação brasileira. Tal ideia de nação, tais narrativas nacionalistas foram abundantemente difundidas pela Igreja Católica em suas pastorais coletivas, e Julio Maria foi fundamental para a atomização e até mesmo popularização destas percepções até o final de sua vida.

Julio Maria faleceu em Juiz de Fora, em 02 de abril de 1916, com 65 anos de idade. Nosso foco nesta pesquisa, consiste em analisar o nacionalismo presente nos prelados e membros da alta hierarquia católica, e, ainda que Julio Maria hierarquicamente, não tivesse grandes posições institucionais dentro da Igreja Católica brasileira, o clérigo em questão gozava de grande prestígio diante da alta hierarquia nacional.[20] Sua visão de povo brasileiro, de nação, de Brasil estava alinhada com posições dos mais altos postos da hierarquia clerical nacional. A influência de Julio Maria em seu tempo é notória entre a elite clerical, porém, é difícil definir aqui – e nem este é o foco desta pesquisa -, quem foi mais influenciado em suas visões de nação e de povo; Julio Maria influenciado pela alta hierarquia; ou a alta hierarquia influenciada por Julio Maria. O fato é que Julio Maria destacou-se como sendo uma poderosa mente católica em seu tempo, ajudando no perpasso de sua obra a consolidar uma visão nacionalista

[20] Maria gozara de tanto prestígio entre a elite dos homens de batina católicos que no seu leito de morte recebeu a visita de Dom Sebastião Leme (na época bispo auxiliar) no dia 21 de janeiro de 1916 e em seguida, no dia 22 do mesmo mês, recebeu a visita do Cardeal Dom Joaquim Arcoverde. (HAUCK, 1983p. 28).

que o clero católico brasileiro passou a bradar, isto é: a definição do Brasil como sendo uma nação essencialmente católica.

### 3.6 Conclusão do capítulo

> Meus amigos, voltemos a Deus; esta é a solução do problema brasileiro. (JULIO MARIA *apud* LUSTOSA, 1990, p. 100).

Num primeiro momento, com certo acanho por causa da volúvel conjuntura pós a queda do Império, a Igreja Católica brasileira bradava que o catolicismo era a matéria, o 'saibro' que deu ao Brasil uma forma, uma face, um instrumento divino que adoçou os costumes e civilizou o terreno nacional. Nos primeiros anos de República foi possível ver a Igreja Católica brasileira buscando resguardar-se de seus detratores e opositores, dizendo que a nação brasileira era fundamentalmente católica. Pela lente do episcopado, o Brasil é uma nação católica que teve sua nacionalidade fundada pela instituição romana; para a elite clerical a Igreja Católica foi responsável por adoçar os costumes e civilizar a pátria. Em meio a esta lógica, o catolicismo deveria ser respeitado, isto é: cabia à religião católica ser um princípio soberano em solo brasileiro, visto que era um elemento significativo dos costumes e da tradição da nação.

A importância do catolicismo em solo tupiniquim não baseava-se apenas na identidade brasileira, uma vez que pela visão do episcopado, a religião católica seria o antidoto, o antitóxico, que livraria a nação da perniciosa ausência de catolicismo. Somente o catolicismo seria capaz de livrar a nação brasileira dos males que naquele momento assolavam a pátria, isto é: os roubos, assassinatos, prostituição, injúrias e outros crimes e infrações. A defesa do catolicismo em todas as esferas da sociedade não apenas salvaria a população no plano material, fazendo com que possuissem melhores condições de vida, mas também, a defesa do catolicismo também iria salvar a população da danação eterna. Em outras palavras: o catolicismo era defendido como sendo a fonte da cura dos corpos e das almas da nação.

O discurso do episcopado no que se refere ao restabelecimento e fortalecimento da religião romana, gradativamente foi se intensificando, tornando-se cada vez mais combatente. Diferente dos documentos cautelosos

do início da República, foi possível observar na pastoral de 1915 uma postura de maior militância, chamando todo o clero para combater em nome da fé e da pátria, atrelando fé ao patriotismo, isto é, ao nacionalismo. Tal postura só foi viável pela diminuição das forças anticlericais na medida que a República foi se assentando; por fim, outro elemento de suma importância para entendermos a postura mais combativa do clero, é a maior organização e a dilatação de sua influência em solo nacional.

# CAPÍTULO TRÊS

## 04. TERCEIRO CAPÍTULO: O COMBATE PELA NAÇÃO DAS BATINAS (1916-1930)

## 4.1 O mundo apocalíptico e a Igreja Católica se revigorando

Em 1916 a humanidade e a civilização pareciam ser tragadas pelas explosões de artilharias, morteiros e granadas na Europa. O progresso da civilização burguesa parecia se afogar na lama putrefata com corpos abandonados; gerações de jovens advogados, médicos, jornalistas, trabalhadores de forma geral, se acotovelavam nas trincheiras como (e com) bandos de piolhos e ratos. Com o morticínio até então sem precedentes na história moderna, a civilização ocidental parecia ruir no sangue dos vultosos cadáveres. (GILBERT, 2017). A guerra de 1914 a 1918 assombrou autoridades do mundo todo, o extremismo político que contribuiu para germinar o conflito se elevara a pontos tão assombrosos como a máquina ceifadora de vidas que o conflito se tornou. (HOBSBAWM, 1995, p. 31-35).

A pastoral coletiva de 1915 narra logo em seu início a condição brutal que o mundo passava com a Grande Guerra fazendo flamejar toda Europa. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1915, p. XXXIII). Neste contexto de extremismo, a Igreja Católica brasileira assumia uma postura de maior ‘beligerância’ nas esferas político-ideológicas, com movimentos mais contundentes na defesa de seus interesses.

As instituições civis brasileiras claudicavam na década de 1920 e a República era atravessava por críticas dos mais variados grupos e segmentos sociais. Podemos citar alguns grupos que contribuíram para minar a República na percepção de Alceu Amoroso Lima. (LIMA, 1951, p. 246). O tenentismo, por exemplo, foi uma parcela do exército que no desenrolar dos anos 1920 atacou os pilares da Primeira República, colaborando para diversas conjunturas que levaram a comandantes de instituições como Exército e Marinha, a tomar partido arbitrando nas eleições, - arbitrariedade que passava a ser cada vez mais intensa e frequente na política interna brasileira no século XX. (SKIDMORE, 1982, p. 25). A Semana de Arte Moderna de 1922, foi um movimento artístico que emanou de tenções e insatisfações sociais, onde os artistas visavam promover rupturas, buscando desvincular-se dos artistas que consideravam arcaico, obsoleto até aquele momento. (BOSI *Apud* PINHEIRO, 2004, p. 315). Também em 1922, a criação do Partido Comunista, fruto de um racha entre anarquistas (FAUSTO, 2009, p. 303), ainda que nutrisse um minguado efetivo

de militantes, alavancou ainda mais o temor do comunismo existente em vários setores da sociedade brasileira da época. (MOTTA, 2000, p. 22-23). Por último, e não menos importante podemos citar a criação da revista A Ordem e a do centro D. Vital[21], veículos onde a Igreja Católica, por intermédio de leigos, passou a criticar a sociedade nas mais variadas esferas, entre elas as esferas culturais e políticas da Primeira República. (LUSTOSA, 1977, p. 62).

Num contexto global classificado por Hobsbawn (1995) de a "Era dos Extremos", e com uma turbulenta política interna, a Igreja, após a pastoral de Dom Leme começou a se aproximar do Estado e a ser cada vez mais áspera nos posicionamentos sociais e políticos. Segundo Soares:

> De forma geral, a década de 20 foi uma década de reaproximação entre a Igreja Católica no Brasil e o Estado. Essa reaproximação não se deu a partir de ideologias comuns, mas a partir de 'inimigos comuns'. Ou seja, Igreja Católica e Estado se uniram em torno de um projeto comum: o combate às ideologias socialistas que já circulam nos meios intelectuais e operários do Brasil. (SOARES, 2014, p. 52).

A reaproximação entre Estado e Igreja, além do temor do comunismo, deu-se também pelo aumento de poder da instituição romana no Brasil. Nos anos de 1920, a Igreja Católica nutria uma organização mais eficiente do que nos primeiros anos da República, tal organização permitiu aos homens de batina sustentar posições mais agudas diante da política e da sociedade. (MICELI, 1988). As posturas mais impetuosas da Igreja Católica frente à sociedade favoreceram o desenvolvimento de manifestações católicas de massas, como o congresso eucarístico de 1922.

As restruturações do clero, desde 1889, em conjunto com o aumento do efetivo e com a expansão de recursos, fez com que os católicos brasileiros passassem a atuar de forma mais vigorosa em determinadas áreas, inclusive na política. Além das posições políticas defendidas nas pastorais, podemos citar

[21] O Centro Dom Vital foi uma instituição criada por Jakson de Figueiredo em 1922 na cidade do Rio de Janeiro. O centro ansiava arregimentar escritores e intelectuais em sua orbita, e para a revista A Ordem, criada no ano anterior e, também dirigida por Jackson de Figueiredo. Ambas as instituições foram apadrinhadas pelo arcebispo-coadjutor Sebastião Leme, e as publicações e balizas adotadas tanto pelo centro como pela revista, estavam perfiladas com os anseios da Igreja Católica brasileira. (RODRIGUES, 2012).

como expoente da dilatação da atuação da Igreja Católica brasileira na política, a criação do Centro D. Vital e a revista A Ordem (1922/1921), - ambos os órgãos sob forte influência de D. Leme e subordinados ao episcopado. O centro e a revista aglutinaram em sua órbita uma elite católica leiga, atendendo, assim a necessidade expressada por D. Leme em seu pronunciamento quando tomou posse na arquidiocese de Olinda (1916), isto é, uma elite católica organizada e alinhada com a hierarquia clerical que permitia aos católicos adotarem posições políticas efusivas na defesa do catolicismo e na crítica a seus opositores. (ROSA, 2011, p. 123). O Centro D. Vital e a revista A Ordem eram movimentos que além de transitar entre as mais variadas questões políticas, difundiam forte nacionalismo, e tal postura era defendida por Jackson de Figueiredo em vários ensaios.[22] (FIGUEIREDO, 1921).

Para entender a postura mais aguda adotada pela Igreja Católica no recorte cronológico deste capítulo, é preciso fazer uma pequena digressão, retroagindo a um contexto anterior a 1916, para compreendermos com maior candura as conjunturas que dão base a tal mudança. Deste a separação entre Igreja Católica e Estado após a queda do Império, a instituição romana no Brasil

[22] Jackson Figueiredo foi um importante intelectual católico da Primeira República, intimamente ligado aos mais poderosos homens do clero brasileiro, dirigindo a revista católica A Ordem e o "Centro D. Vital." Em sua obra "A reacção do bom senso", composta por um apanhado de ensaios publicados em "O jornal", no Rio de Janeiro, Figueiredo elaborou as mais diversas críticas aos políticos, partidos e doutrinas de seu tempo. O autor confeccionou diversas críticas políticas, convocando os católicos para o campo político, dizendo para que estes não fossem covardes e exercessem seus deveres como católicos, execrando qualquer candidato que não estivesse rigorosamente orientado com as doutrinas da Santa Sé. Entre várias críticas que Figueiredo elaborou às outras religiões que começavam a crescer no Brasil do período, e uma série de outras críticas elaboradas pelo autor sobre os mais diversos temas, podemos destacar a crítica que foi dirigida a Nilo Peçanha. Para rebater as críticas de Nilo sobre a ascensão do nacionalismo após a Primeira Grande Guerra, Figueiredo argumentou que o vínculo de Peçanha com "seitas" contrarias a Igreja Católica, e a incompatibilidade do futuro candidato com a suprema maioria de brasileiros católicos; Figueiredo conclui dizendo: "Deixe-nos, a nós, catholicos, que nos guiemos pelos conselhos da Egreja. Deixo-nos, a nós, nacionalistas, no gozo dos nossos idéaes.". (FIGUEIREDO, 1922, p. 53). O nacionalismo mencionado por Jackson de Figueiredo no fragmento acima é um imperativo para o autor que destacou-se como um voraz nacionalista, peleando para difundir e popularizar tal nacionalismo entre os católicos brasileiros. (FIGUEIREDO, 1921).

aumentou dramaticamente seu efetivo de clérigos, aumentando também suas dioceses. (MICELI, 1985, p. 58-59).

O aumento de dioceses significava também uma maior participação da Igreja Católica no território brasileiro. O autor Mauricio Aquino (2012), semelhante a Sergio MICELI (1985), considerou que a Igreja Católica teve um aumento considerável de posses e de influência no perpasso da Primeira República, - segundo Aquino, a Igreja Católica até mesmo foi peça importante para consolidação dos limites fronteiriços do Brasil no início do século XX. (AQUINO, 2012, p.158).

Segundo Marchi (1993), a Igreja foi se estruturando internamente no desenrolar da República, aumentando seu efetivo humano e seu património - tal constatação e os meios para o aumento patrimonial e humano da Igreja Católica brasileira é explanada exaustivamente por Sergio MICELI (1985). Os católicos no Brasil em 1915-1916 não estavam fragilizados, desestruturados à mercê do imprevisível, tal como nos primeiros anos após o tombo do Império. (MARCHI, 1993, p. 66).

Os fortes posicionamentos de membros da Igreja Católica, buscando maior capilaridade na sociedade, atacando seus opositores, defendendo suas posições e ideias sobre a nação brasileira estavam inseridos num contexto histórico particular. Em 1916, - ano do retumbante pronunciamento de Dom Leme na posse da arquidiocese de Olinda – o extremismo que se elevará a política (internacional e consequentemente nacional) e o fortalecimento do clero católico brasileiro, colaboraram para o desenvolvimento de discursos mais agressivos da Igreja Católica, tanto nas esferas políticas como civis. (MOURA, 2016, p. 27). Na próxima parte desta pesquisa iremos explicitar os motivos de tal recorte cronológico, justificando a mudança dos homens de batina nos anos que sucederam 1916.

### 4.2 Dom Leme e o nacionalismo Católico

O pronunciamento de Dom Leme na posse da diocese de Olinda, nunca foi o primeiro documento a clamar por um movimento católico de massas no Brasil, buscando o fortalecimento do catolicismo nos mais diversos aspectos da vida civil. (MOURA, 2016, p. 27). Mesmo não sendo o primeiro texto a defender a “recatolização” e “politização” do clero, o pronunciamento de Dom Leme

convencionou-se na historiografia da Igreja Católica brasileira, a ser a nascente de uma nova postura adotada pelos homens de batina no cenário nacional. (MOURA, 2016, p. 26).

A *Carta Pastoral Saudando a sua Archidiocese* chegou ao Rio de Janeiro em 16 de julho de 1916, não contando com grande divulgação nos jornais fluminenses e tão pouco pernambucanos. Mesmo sem grande atomização do texto socialmente, entre os católicos ele foi publicado em periódicos e nos demais mecanismos de divulgação de informações da Igreja Católica brasileira. O texto foi absorvido por alguns membros do clero, e segundo Moura (2016), como sendo um "clarim de guerra' contra as problemáticas de um Estado em desordem, resultado da laicização do espaço público, do racionalismo e pelas medidas liberais que dispensavam às instituições católicas." (MOURA, 2016, p. 29-30).

Dom Leme começou seu impactante texto constatando que no Brasil, a maioria esmagadora da população se autoproclamava católica, portanto, segundo o bispo: "Por índole, por educação e até por patriotismo, o nosso povo é, e não pode deixar de ser, prosélito ao catolicismo." (LEME, 1916, p. 201). Porém, para Leme não eram católicos os que apenas se autoproclamavam como tal, pois viviam afastados dos sacramentos católicos, da penitência, da eucaristia, em suma, de uma vida social católica.

Os católicos por sua maioria esmagadora, deveriam gozar de hegemonia absoluta nas questões que norteavam e balizavam a sociedade civil e política. A inércia e a apatia dos católicos – segundo Dom Leme – sobre questões políticas, leis, escolas laicas, hábitos pagãos e outras questões, não poderiam ser toleradas. Diz o autor:

> Que maioria-católica é esse, tão insensível, quando leis, governos, literatura, escolas, imprensa, indústria, comércios e todas as demais funções da vida nacional se revelam contrárias ou aleias aos princípios e práticas do catolicismo? É evidente, pois, que apesar de sermos a maioria absoluta do Brasil, como nação, não temos e não vivemos uma vida católica. Quer dizer: somos uma maioria que não cumpre os seus deveres sociais. (LEME, 1916, p. 202).

Para Dom Leme a nação brasileira necessitava de ações sociais dos católicos, e era dever dos católicos pelear pela defesa dos interesses católicos,

defendendo pautas católicas na imprensa, na literatura, na sociedade civil, na política e nos demais segmentos sociais. Dom Leme apresenta o catolicismo como solução para o Brasil, a defesa do nacionalismo seria um ato de fé e uma manifestação de patriotismo, buscando a salvação das almas e da nação. Sobre isso diz o autor:

> Sim, ao católico não pode ser indiferente que sua pátria seja ou não aliada de Jesus Cristo. Seria trair a Jesus; seria trair a pátria! Eis por que, com todas as energias de nossa alma de católicos e brasileiros, urge rompamos com marasmo atrofiante com que habituamos ver uma maioria nominal, esquecida dos seus deveres, sem consciência dos seus direitos. É grande o mal, urgente é a cura. Tentá-lo – é obra de fé e ato de patriotismo. (LEME, 1916, p. 203).

Dom Leme associa catolicismo a patriotismo, ou seja, a defesa do catolicismo seria um ato de patriotismo, de luta e intransigente defesa da nação brasileira frente os seus problemas mais graves, - fossem eles econômicos ou morais. A nação era esmagadoramente católica, e sua nacionalidade católica deveria predominar nas leis, nas obras literárias, nos jornais e nas questões morais do Brasil. O catolicismo deveria ser soberano em todo território nacional, e, por isso, caberia aos católicos, isto é, a nação, defender à pátria proclamando sua nacionalidade, seu nacionalismo, ou seja: proclamando o catolicismo.

### 4.3 Nacionalismos católicos

Neste subcapitulo, iremos abordar alguns nacionalismos entre os recortes de 1916 a 1930. Neste aspecto Dom Leme se destaca por posturas que beiram o ativismo, expressando uma visão de Brasil, e convocando os católicos para agirem conforme pedia a hierarquia católica. (DIAS, 1996, p. 52- 53). Diz Romualdo Dias (1996) sobre Dom Leme:

> Dom Leme, líder do episcopado, define-se mais como um ativista do que um doutrinário. Não encontramos nele o empenho em escrever longas cartas, como fez D. Becker, ou documentos com características ofensivas, como aquelas das cartas de D. Adauto. O programa teológico-político de D. Leme foi traçado em sua Carta Pastoral de 1916. Neste documento, o antístite analisa o Brasil, identificando o mal que afligia. Também

> reflete sobre a gravidade da ignorância religiosa do povo em geral e indicou os meios para superá-la. (DIAS, 1996, pp. 52).

O ativismo católico requerido por Dom Leme compareceu em alguns católicos de relevância no período, entre eles, os que integravam as elites letradas. No Rio de Janeiro, então Capital Federal, uma revista chamada *Gil Blas* destacou-se pelo nacionalismo católico empregado por seus membros.

Carlos Gustavo Nobrega de Jesus estudou a revista *Gil Blas* e detalhadamente abordou suas fases entre os anos 1919-1923 (anos de circulação da revista), em seu estudo chamado *Revista Gil Blas e o Nacionalismo de combate (1919-1923).* (JESUS, 2012). A primeira (e mais duradoura) fase da revista em questão foi a antilusitana. Porém logo no segundo ano (1920) o xenofobismo começou a ser questionado no seio da revista, uma vez que, um dos principais questionadores do xenofobismo era Afonso Celso, que não via nos portugueses um problema, e sim o oposto. (JESUS, 2012, p. 242).

As visões opostas de nação geraram tensão no decorrer do período de circulação da revista, porém, na medida em que alguns membros se aproximavam ou até mesmo participavam do governo de Epitácio Pessoa (1919-1922), o periódico passou a assumir propostas da Igreja Católica. Na sua segunda fase, a revista passou a atacar o comunismo, a revolução, passando a defender os Estados Unidos da América como o principal parceiro econômico brasileiro, além de advogar a favor da nacionalização do comércio e da indústria. (JESUS, 2012, p. 245). Questões como ensino religioso, casamento, Brasil enquanto país católico, entre outras, foram amplamente debatidas e defendidas na revista, principalmente em sua segunda fase.

Jackson de Figueiredo como brevemente mencionado, foi um dos intelectuais nacionalistas católicos de maior destaque nos anos 1920, em várias obras o autor faz uma ‘ode’ a seu nacionalismo, defendendo teses muito próximas das pastorais coletivas episcopais, brandando o Brasil como sendo uma nação católica, criadora da nacionalidade brasileira etc. Ainda que Jackson se aproxime e até mesmo vocaliza o nacionalismo católico, não é o norte desta pesquisa adentrar ao seu pensamento, visto que o recorte aqui proposto consiste dissertar sobre o nacionalismo oriundo da alta hierarquia clerical, o episcopado, com foco nas pastorais coletivas.

O ano 1922 foi emblemático para a política brasileira. O ano destacou-se por vários momentos importantes da história brasileira, entre eles a Semana de Arte Moderna, a criação do primeiro partido comunista no Brasil, pelas primeiras agitações tenentistas (FAUSTO, 2009), por ser o ano do centenário da independência do Brasil, e também pelo documento que agora será analisado aqui: a Pastoral Coletiva de 1922.

A Pastoral Coletiva de 1922 inicia o texto argumentando que o catolicismo possui raízes profundas na pátria brasileira, acompanhando a nação em bons e maus momentos. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1922, p. 04- 05). Elaborando uma linha do tempo sobre a história do Brasil o episcopado argumentou que os jesuítas lançaram as bases da civilização brasileira, sobrepujando o barbarismo existente até então. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1922, p. 08). Segundo o documento, a Igreja formou no perpasso da sua história, crentes e patriotas, desempenhando vários exemplos de patriotismo. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1922, p. 11).

Segundo a Pastoral de 1922, a Igreja Católica brasileira tem em sua história notáveis líderes eclesiásticos no período colonial, que se destacaram na defesa da pátria (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1922, p. 15), fosse sob a cruz católica derrotando os holandeses, inimigos da igreja; ou o humanismo dispensado pelos homens de batina no trato e na defesa dos indígenas e da pátria. (ESPISCOPADO BRASILEIRO, 1922, p. 26). Em suma, num primeiro momento o texto do episcopado foi fazendo referências a vários episódios da história brasileira, buscando demonstrar a presença e as virtudes zelosas e benevolentes da Igreja Católica em solo nacional. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1922).

O documento episcopal abordou o flagelo da escravidão, destacou a importância da hierarquia católica, sublinhou a importância da imprensa católica (imprensa está que deveria ser rigorosamente alinhada com a hierarquia católica) no combate dos seus opositores religiosos e políticos, além de chamar a atenção para questões que os bispos consideravam espinhosas: como o ensino das crianças, o divórcio e a manutenção dos sacramentos junto a sociedade. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1922).

Para o episcopado, a Igreja Católica como pastora e mãe deveria conduzir os pobres e os ricos para longe da profanação, principalmente na nova era

iniciada após a grande guerra (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1922, p. 63). Anarquismo nas escolas também era criticado com um ensino irreligioso. Segundo o documento, as escolas, além de ensinar a doutrina cristã, deviam repudiar as doutrinas pagãs, como: comunismo, anarquismo, liberalismo e o protestantismo. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1922, p. 65-66).

O texto fala da importância dos párocos para a religião e para a pátria, pois exerciam funções fundamentais no trato rente ao povo, combatendo assim o ensino irreligioso e trabalhando com católicos que poderiam na imprensa, defender a religião romana (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1922, p. 71). Outro ponto que foi exaustivamente debatido, e que deveria ser combatido pelos párocos, católicos leigos e todos os membros da Igreja, era o divórcio. Para a defesa do matrimonio e oposição ao divórcio, buscando sustentar seus argumentos, a Igreja valeu-se até mesmo intelectuais pagãos como Augusto Conte. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1922, p.79-80).

A pastoral coletiva de 1922 manteve algumas preocupações já externadas pela Igreja Católica em outras pastorais, como as preocupações com tensões sociais e o descontentamento com o acanhado número de membros do clero. O que salta os olhos no documento, é a preocupação da pastoral com a questão do divórcio, visto que grande parte do texto foi dedicado para exaltar as virtudes sociais e morais que o casamento carrega. Em um outro montante, por sua vez o texto dedicou-se a destacar os problemas morais e sociais que o vilipendio e a degeneração do sagrado sacramento do casamento poderia causar.

A pastoral de 1922 disserta sobre tempos históricos, e sempre coloca a religião católica emparelhada com a história do Brasil. O texto acredita que o Brasil tem nas suas mais profundas entranhas a religião católica como um órgão fundamental e presente, acreditando fielmente também que o brasileiro é católico e que a religião católica formou a nacionalidade da pátria. O texto destacou vários problemas nacionais, sendo que, a resolução de tais imbróglios deveria acontecer com a atomização e o revigoramento do catolicismo na sociedade. Já que o texto colocou catolicismo e povo como sendo indissociáveis, pela história do Brasil e pelo desenvolvimento da instituição católica brasileira e solo nacional junto a população, a defesa do catolicismo seria sinônimo de defesa do povo, ou seja: a defesa da Igreja Católica seria um ato de nacionalismo.

Outro documento de extrema importância na história da Igreja Católica brasileira e que transborda nacionalismo, é a Pastoral Coletiva de 1927. O texto inicia arrogando a missão de salvar indivíduos e a pátria (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1927, p. 03), atacando, em seguida, a sociedade moderna que se opunha à salvação dos homens, oriunda apenas da Igreja.

Para o episcopado, a ausência de Deus nas instituições e na política seria um ato de tirania, de despotismo, de injustiça. Porém os poderes civis, as instituições públicas, eram de suma importância para a manutenção do bem-estar social, contudo, segundo o texto, tais poderes não tocavam no íntimo dos homens, não atingiam as profundas entranhas da moral e da vontade humana: somente a Igreja Católica seria capaz de atingir as profundezas do homem. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1927, p. 13-14). Deus seria essencial para os homens assim como para as instituições e para a pátria, diz o texto: “[...] viva Deus e nosso patriotismo, clamando sempre – tudo pela pátria e nada sem Deus.” (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1927, p. 14).

Semelhante ao que transcorria em outras pastorais, a Igreja Católica arrogava a autoridade de ser a única mantenedora das regras e vontades divinas, ou seja, a única capaz de interpretar a palavra de Deus para salvar os homens e a sociedade. Contudo, ao afirmar que a Igreja Católica (chamada pelo episcopado de Igreja de Cristo) era a única instituição religiosa capaz de edificar uma sociedade valorosa, a pastoral de 1927 atacou frontalmente os protestantes alegando que suas interpretações bíblicas eram falsas. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1927, p. 15-16). Segundo o documento, a Igreja Católica era o alicerce do que o episcopado considera como instituições fundamentais para sociedade, ou seja: “[...] religião, a família, a autoridade, a propriedade e a pátria.” (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1927, p. 15).

Entre as mais variadas críticas elaboradas na pastoral de 1927, semelhante a pastoral de 1922, o episcopado atacou brutalmente o divórcio.[23] O

[23] O divórcio foi abundantemente debatido nas pastorais do final dos anos 1920. Os debates sobre o divórcio no Brasil datam do final do século XIX, tais discussões eram baseadas nos debates na Europa e em alguns países onde o divórcio já havia sido instituído. No Brasil o divórcio foi instituído com a promulgação do código civil brasileiro de 1916, prevendo separação de pessoas e de bens, porém não com o nome de “divórcio”, e “sim desquite” (BARBOSA, 2016, p. 39). A separação

divórcio seria uma forma de perversão e degeneração social e humana; o divórcio seria na percepção da Igreja Católica, uma manifestação imoral e indecorosa capaz de levar o aniquilamento para a "[...] família, para a sociedade e para a pátria." (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1927, p. 18). Os defensores do divórcio eram chamados pelo episcopado de "[...] sectários do amor livre" (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1927, p. 18), e, para os homens de batina qualquer ultraje ao sacramento do casamento deveria ser abominado, pois a instituição foi formulada por Deus segundo sua imagem, e os laços que atam mulheres e homens deveriam ser tão vigorosos quanto os laços que unem a Santíssima Trindade, e as responsabilidades tão grandes quanto as de Deus para com sua criação. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1927, p. 18-19). Segundo o documento, era um dever dos católicos rechaçar e repudiar os defensores do divórcio e os opositores do catolicismo, pois tais doutrinas visavam destruir e devastar a família e a pátria. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1927, p. 20).

Caminhando para o término, na pastoral de 1927, semelhante a outras pastorais, o documento destaca a relevância do clero, e em especial do sacerdócio, para a manutenção de uma sociedade sadia, pois na ausência do sacerdócio "[...] tudo estaria perdido – família, sociedade, justiça, direito e pátria querida." (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1927, p. 23). Diz o episcopado sobre a importância do clero:

> Logo, o assumpto, isto é, o cultivo das vocações sacerdotaes, é o da mais alta importância que se póde imaginar; não é simplesmente um bem individual, mas um bem social, patriótico, um bem que é a causa eficiente dos maiores bens para os indivíduos, para a família, para a sociedade, para a pátria, sendo o summo bem para a gloria de Deus, para salvação das almas. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1927, p. 25).

---

entre conjugues foi estabelecida no código de 1916 de duas maneiras: uma a separação conjugal e outra pelo desquite. A anulação dos casamentos era estabelecida por motivos pretéritos ao casamento, já o desquite ocorria por motivos de dentro do casamento. A anulação dos casamentos, ainda que ocorresse de forma muito restrita, permitia aos entes envolvidos se casarem novamente, o processo tornava o primeiro casamento praticamente inexistente; já o desquite promovia a separação de corpos, de bens, mas inviabilizava aos entes envolvimentos em novos casamentos. (BARBOSA, 2016, p. 43).

É função do sacerdócio trabalhar rente as famílias, orientando a educação religiosa das crianças, para remediar, atenuar e extirpar os males sociais e modernos. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1927, p. 27). É dever do sacerdote "[...] multiplicar os filhos de Deus, da Igreja e da pátria, e os eleitos do céu." (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1927, p. 30).

O documento termina destacando a importância da pastoral coletiva de 1927 para a sociedade brasileira, e sublinha a obrigatoriedade da leitura e a absorção do texto por todo o clero, fazendo também com que a mensagem da pastoral fosse divulgada socialmente. (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1927, p. 36).

Em suma, a pastoral de 1927 colocou as instituições públicas como fundamentais para a vida em sociedade, porém, sem Deus seriam apenas formas opressivas e tirânicas de poder. A justiça nas instituições públicas só seria possível se estas estivessem amparadas pelas leis divinas, junto da Igreja Católica, a única professadora das vontades de Deus e intérprete verdadeira de suas palavras. O texto também colocou a religião católica como o único elemento de salvação do homem e da sociedade. Tais afirmações de que somente a Igreja Católica seria capaz de salvar o ser humano, a sociedade e a pátria são temas frequentes nas pastorais, ainda que o texto em questão coloque as condutas católicas não apenas como salvadoras do ser humano e da sociedade, mas também da família e da alma. Por se opor frontalmente ao divórcio, a defesa da manutenção da família nas pastorais de 1922, e em especial na de 1927, tornou-se um imperativo. Por fim, todo o texto de 1927 é revestido de forte nacionalismo. O episcopado defendia ações nacionalistas para corrigir os erros amargurados na sociedade brasileira ainda em formação, combatendo o divórcio e seus defensores, os protestantes e os demais críticos do catolicismo.

### 4.4 Conclusão do capítulo

Após mais de uma década de estruturação e expansão dos recursos humanos e materiais da Igreja Católica, é possível ver entre os anos de 1916 até 1930 discursos políticos fervorosos. Tal postura pode ser entendida pela dilatação do poder da Igreja Católica brasileira com o aumento de sua infraestrutura, e pela contração da República, cada vez mais submersa em crises.

É um consenso na historiografia da Igreja Católica brasileira, que a instituição aproximou-se do Estado nos últimos anos da Primeira República – vide a saída do presidente Washington Luís em 24 de outubro de 1930 com o recém cardeal D. Leme -, e que gozou de prestigio rente ao Estado nos anos de 1930, até mesmo com algumas pautas defendidas igreja na Republica velha sendo na chama Era Vargas. Tal proximidade se nota também nas pastorais, visto que os textos de 1916 a 1930 destacam com maior frequência, a importâncias do poder do Estado, a importância das forças civis, contudo ressalva que um país probo e virtuoso para manutenção da paz e da ordem precisa também da Igreja.

Enquanto grande parte das pastorais de 1889 a 1916 apresentavam características normativas, detalhando normas e condutas esperadas pelo clero em solo nacional, as pastorais de 1916 em diante apresentam discursos que podemos considerar políticos, abordando em menor escola posições regulatórias e normativas. As pastorais coletivas entre os anos 1916 até a queda da República Velha em 1930 apresentam discursos nacionalistas já apresentados em pastorais anteriores, porém agora com intensidade maior. Os textos colocam o catolicismo rente ao nacionalismo, portanto toda ação em direção do catolicismo seria também um ato de patriotismo, em defesa da religião e da nação. Ao estabelecer tais bases alegando que o Brasil é um país fundamentalmente católico, logo qualquer oposição ao catolicismo seria também oposição a nação. Os partidários do divórcio, anarquistas, ateus, protestantes, e qualquer outro opositor da Igreja Católica, pela logica expressa nos documentos, seriam também opositores do Brasil, contrários a nação.

Em textos como as pastorais de 1900 e 1922 retrospectivas da história do Brasil são feitas, onde a Igreja Católica sempre coloca o catolicismo acompanhando toda história do país. Nas pastorais acima analisadas (1916-1930), semelhante as dos anos anteriores (1889-1916) o catolicismo é visto como a essência do brasileiro, a alma da nacionalidade, e que tal evidência encontrava-se nos costumes do povo. Tais costumes deveriam ser soberanos em solo nacional, qualquer oposição ao catolicismo – considerado pelo episcopado como essência ou alicerce da nação - ou aos costumes, seriam também manifestações antinacionais e tirânicas.

# 05. CONCLUSÃO

O debate sobre o nacionalismo é íngreme e escarpado, o conceito de nacionalismo é apresentado por especialistas como um conceito escorregadio e de difícil definição objetiva. Vários autores especialistas no conceito de nacionalismo foram elencados aqui, porém, o conceito de nacionalismo trabalhado por Hobsbawm foi escolhido para nortear a definição do conceito neste estudo.

As pastorais coletivas e os demais documentos episcopais, eram desenvolvidos por membros da elite clerical brasileira, portanto suas normativas e orientações nutriam vigor de leis, que deveriam ser seguidas pelos demais membros do clero. Estes membros de alta hierarquia clerical expressavam normativas que se enquadravam dentro de uma percepção de mundo e de Brasil. Muitas das orientações eram alicerçadas sob tese de que o Brasil era uma nação católica, e que a Igreja Católica brasileira era o espírito da nação, isto é: um elemento fundamental para a manutenção e junção do povo brasileiro no decorrer da história, em qualquer estado da federação.

As primeiras pastorais coletivas publicadas pela Igreja Católica no Brasil, tinha fortes apelos normalizadores e unificadores, buscando dar um perfil hierarquizado e romanizado para os católicos brasileiros. As pastorais com perfis normalizadores de 1889 a 1916, descrevem detalhadamente a postura que o clero deveria adotar diante de conflitos de casais, conflitos políticos, chegando até mesmo entrar nas minucias das tarefas que deveriam ser exercidas por clérigos no seu dia a dia.

Mesmo com certo acanho, por causa da volátil conjuntura pós a derrocada do Império, é possível ver a Igreja católica brasileira bradando que o catolicismo é a matéria, o saibro que deu ao Brasil uma forma, uma face, um instrumento divino que adoçou os costumes e civilizou o terreno nacional. Entre os anos 1889 até 1916, é possível ver a Igreja Católica brasileira buscando resguardar-se de seus detratores e opositores, dizendo que a nação brasileira era fundamentalmente católica. Pelas lentes do episcopado, mesmo em meio a uma série de regulamentações e hierarquizações, é possível contemplar uma narrativa de que o Brasil era uma nação católica e que teve sua nacionalidade fundada pela instituição romana. Para a elite clerical, a Igreja Católica foi responsável por adoçar e deixar palatável os costumes, sendo também uma

força civilizadora na pátria. Em meio a esta lógica, o catolicismo deveria ser respeitado, isto é: deveria ser um princípio soberano em solo brasileiro, visto que era um elemento significativo dos costumes e da tradição da nação.

A importância do catolicismo no Brasil não baseava-se somente na identidade brasileira, para o episcopado a religião católica seria o remédio, a porção, que livraria a nação da nefasta ausência de catolicismo. Somente o catolicismo e a Igreja Católica seriam capazes de libertar a nação brasileira dos males que naquele momento recaiam sob a pátria, isto é: os roubos, assassinatos, prostituição, injurias e outros crimes e infrações. A defesa do catolicismo em todas as esferas da sociedade não apenas salvaria a população no plano material, fazendo com que possuíssem melhores condições de vida; a defesa do catolicismo também iria salvar a população da danação eterna, purificando-os de seus pecados. Em outras palavras: o catolicismo era defendido como sendo a fonte da cura dos corpos e das almas da nação.

A pregação do episcopado buscando o fortalecimento e o restabelecimento do catolicismo brasileiro, foi se tornando gradualmente intensa, e na medida que os clérigos se organizavam mediante as regulamentações expressas nas pastorais, posturas combatentes passaram a ser cada vez mais constantes na defesa de seus interesses, nas críticas a seus opositores e nas críticas em relação ao mundo. Diferente dos documentos precavidos e ponderados do início da República, é possível observar na pastoral de 1916 uma postura mais aguda e de maior militância, chamando todo o clero para combater e pelear em nome da fé e da pátria, vinculando fé ao patriotismo, nacionalismo. Esta postura só foi possível pela redução das forças anticlericais na medida que a República foi se assentando. Outro elemento de grave importância para entendermos a postura mais combativa do clero, foi a maior organização e expansão da Igreja Católica brasileira, que resultou num aumento de influência dos homens de batina em solo brasileiro.

Depois de anos de expansão e de constante estruturação, os números apontam para dilatação de recursos humanos e materiais da Igreja Católica nacional. Diante de tais circunstâncias, é possível constatar também que tais políticas resultaram num aumento de poder e influência dos católicos. Sob estas circunstâncias, pode-se observar que entre os anos 1916 e 1930, a Igreja Católica brasileira adotou discursos e críticas mais fervorosas e contundentes

sobre o mundo e contra seus rivais brasileiros. Tais posturas só podem ser entendida pela expansão do poder da Igreja Católica brasileira, com o aumento de sua infraestrutura, e pela contração da República nas mais variadas esferas, cada vez mais carcomida, claudicante, e submersa em crises.

Conclui-se com base nas bibliografias, que com o aumento de sua influência, a Igreja Católica chegou até mesmo a gozar de prestígio rente ao Estado nos anos de 1930, em conjunturas nacionais e internacionais diferentes dos anos da Primeira República, - tanto que, até mesmo algumas pautas defendidas pela Igreja Católica na República, chegaram a ser acatadas na chamada Era Vargas. A proximidade explanada, nota-se também nas pastorais coletivas, sendo que os textos de 1916 até 1930, com maior frequência sublinham, a importâncias do poder do Estado, a importância das forças civis, contudo ressalvam que um país probo e virtuoso, para manutenção da paz e da ordem, precisa, - para além de forças civis - também da Igreja Católica.

Utilizando do passado, a história para legitimar a ideia de um Brasil católico, é possível concluir que a Igreja Católica estabelece uma narrativa histórica onde o catolicismo era parte integral da história da nação. Em vários textos tal narrativa histórica está presente, porém nas pastorais de 1900 e 1922, elaboradas retrospectivas da história do Brasil são feitas, onde a história da nação e a história da Igreja Católica brasileira são postuladas como indissociáveis.

Ao passo que, grande parte das pastorais de 1889 a 1916 nutriam perfis normativos, detalhando normas e condutas esperadas pelo clero em solo nacional, as pastorais de 1916 em diante apresentam discursos que podemos chamar de políticos, militantes, abordando neste período, em menor escala posições regulatórias e normativas. As pastorais coletivas no espaço entre os anos 1916, até a queda da Primeira República em 1930, apresentam discursos nacionalistas já apresentados em pastorais anteriores, porém numa intensidade abundantemente maior. Os documentos episcopais colocam o catolicismo junto ao nacionalismo, portanto toda ação na direção do catolicismo, seria também um ato de patriotismo, em defesa da religião e da nação. Ao defender a tese de que o Brasil é um país fundamentalmente católico, logo qualquer oposição ao catolicismo seria também oposição a nação. Os opositores da Igreja Católica brasileira naquele momento, os partidários do divórcio, anarquistas, ateus,

protestantes, e qualquer outro contrastante da Igreja, pela logica expressa nas pastorais coletivas, tais grupos e ideias seriam também opositores do Brasil e contrários a nação.

Em suma, podemos observar em dois momentos, oscilações no comportamento católico no Brasil. O primeiro momento que vai de 1889 a 1916, podemos ver a Igreja mais contida em seus pleitos políticos, buscando unificar, hierarquizar e organizar o clero nacional. No segundo momento, isto é, de 1916 a 1930, já é possível ver uma Igreja Católica mais atuante politicamente, gozando de maior hierarquização, estrutura e prestígio diante da sociedade e das estruturas de poder republicanas da época. Em ambos os recortes é possível ver a Igreja Católica brasileira defendendo reiteradamente a tese de um Brasil católico, porém de 1916 em diante que este discurso começou a ser difundido um mecanismo de defesa e de ataque na política. Em ambos os momentos é possível ver a construção e a difusão de ideias que colocam o catolicismo como a essência do brasileiro, a alma da nacionalidade, e que tal evidência encontrava-se nos costumes do povo. Tais costumes deveriam ser soberanos em solo nacional, qualquer oposição ao catolicismo – considerado pelo episcopado como essência ou alicerce da nação - ou aos costumes, seriam também manifestações antinacionais e tirânicas. A Igreja Católica era vista como a salvação para a alma dos homens, e a salvação para a nação diante de ideologias malignas que iriam corromper a sociedade brasileira e os indivíduos.

# 06. REFERÊNCIAS

## Bibliografia

AFONSO CELSO. **Porque me ufano do meu país**. 4ª ed., Rio de Janeiro: Laemmert & Cia Editores, 1908.

ANDERSON, Benedict. ***Comunidades imaginadas:*** **reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AQUINO, Mauricio de. **Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930)**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 32, nº 63, p. 143-170 – 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbh/a/DN3RqRM77qTpMtnfLwtLqyb/abstract/?lang=pt. Acesso em: 11 abr. 2023.

BARBOSA, Izabelle Lúcia de Oliveira. **Saindo da gaiola dourada: desquite, divócio e relações de gênero no Recife de 1917 a 1937**. Dissertação de mestrado apresentada a Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional, Recife, BR-PE, 2016. Disponível em: http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/bitstream/tede2/6174/2/Izabelle%20Lucia%20de%20Oliveira%20Barbosa.pdf. Acesso em: 11 abr. 2023.

BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais**. 6° ed. Lisboa: Editora presença, 1990.

BRUNEAU, Thomás. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. ***A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*****.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COELHO, Costa Tatiana. **Discursos ultramontanos no Brasil do século XIX: os bispos de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro**. 2016. p. 286. Universidade Federal Fluminense, instituto de ciências humanas e filosofia, programa de pós-graduação em História.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DIAS, Romualdo. **Imagens de ordem: a doutrina católica sobre a autoridade no Brasil (1922-1933)**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

DURKHEIM, Émile. **Formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

GEARY, Patrick, J. **O Mito das Nações: a invenção do nacionalismo**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.

GILBERT, Martin. **A primeira guerra mundial: os 1590 dias que transformaram o mundo**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2017.

GOMES, Edgar da Silva. **A Separação Estado - Igreja no Brasil (1890):** uma análise da pastoral coletiva do episcopado brasileiro ao Marechal Deodoro da Fonseca. 2006. 239p. Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do título de mestre em Teologia Dogmática com concentração em História Eclesiástica a banca examinadora na Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção.

HOBSBAWM, E.J. **Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, E.J; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOBSBAWM, E.J. **Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

_____. ***A era das revoluções*, 1789-1848.** 38.Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

_____. ***A era do capital*, 1848-1875**.23. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

_____. ***A era dos impérios*, 1875-1914.** 19.Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HOLANDA, Sergio Buarque. ***Raízes do Brasil*.** 26.Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JESUS, C.G, N. **Revista Gil Blas e o nacionalismo de combate (1919-1923).** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

LUSTOSA, Frei Oscar de Figueiredo. **A presença da igreja no Brasil**. São Paulo: Editora Giro LTDA, 1977.

_____. **A Igreja Católica no Brasil e o regime republicano**. São Paulo: Loyola, 1990.

_____. **A Igreja Católica no Brasil República: cem anos de compromisso: 1889-1989**. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **A gaia a ciência**. São Paulo: Lafonte, 2017.

MARCHI, Euclides. **Igreja e Estado: a construção da concórdia**. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XIX, n. 2, p. 55-67, dezembro, 1993. Disponível em:https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/29101/16116. Acesso em: 9 abr. 2023.

MARCHI, Euclides. **PASTORAL COLETIVA DO EPISCOPADO BRASILEIRO – 1915: HÁ CEM ANOS A CONSTRUÇÃO DE UMA IGREJA**. RELEGENS THRÉSKEIA estudos e pesquisa em religião V. 05 – n. 01 – 2016. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/relegens/article/view/46788/28257. Acesso em: 9 abr. 2023.

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiastica brasileira (1890-1930)**. São Paulo: Companhia Das Letras, 1988.

MOURA, Carlos André Silva de. **A pastoral de Dom Sebastião Leme em 1916 e o projeto de politização do Clero**. Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano IX, n. 25, Maio/Agosto de 2016. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/31119/16491. Acesso em: 11 abr. 2023.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2000. 346p. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP para a obtenção do título de Doutor em História Econômica, São Paulo.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

RODRIGUES, Cândido Moreira; PAULA, Christiane Jalles de. **Intelectuais e militância católica no Brasil**. Cuiabá, EdUFMT, 2012.

ROSA, Lilian Rodrigues de. **A Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado Brasileiro: Estratégias de inserção política da Santa Sé no Brasil entre 1920 e 1937**. 2011. 289p. Tese (Doutorado em história) Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista, Franca. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103109/rosa_lro_dr_fran.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 11 abr. 2023.

SCHULZ, John. **A Crise Financeira da Abolição**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SMITH, Anthony. **Nacionalismo: teoria, ideologia e história**. Lisboa: Teorema, 2006.

SOARES, Edvaldo. ***Pensamento católico brasileiro: Influências e tendências*.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese da História da Cultura Brasileira**. 14.Ed. São Pulo: Difel, 1986.

Souza, Ney de. **Catolicismo, sociedade e teologia no Brasil Império.** Atualidade Teológica, Rio de Janeiro, v.46, p. 127-144, jan./abr. 2013. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/23290/23290.PDF. Acesso em: 10 abr. 2023.

**Fontes**

**DECRETO Nº 119-A, DE 7 de janeiro de1890 que declara o Estado Laico**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D119-A.htm#:~:text=Prohibe%20a%20interven%C3%A7%C3%A3o%20da%20autoridade,padroado%20e%20estabelece%20outras%20providencias. Acesso em 17/11/2020.

Encíclica ***Quanta cura***. Do sumo pontífice Pio IX, 1864. Disponível em: http://www.vatican.va/content/pius-ix/it/documents/encyclica-quanta-cura-8-decembris-1864.html. Acesso em 05/11/2020.

EPISCOPADO BRASILEIRO. **O episcopado brasileiro ao clero e aos fieis da egreja do Brazil**. São Paulo: TYP. Salesiana a vapor do Lyceu do Sagrado Coração, 1890.

EPISCOPADO BRASILEIRO. ***Reclamação do episcopado brasileiro dirigida ao Exmo. Sr. Chefe do Governo Provisório***. 1890.

EPISCOPADO BRASILEIRO. ***Pastoral coletiva do episcopado brasileiro ao clero e aos fieis***. São Paulo: Escola typoghaphica Salesiana, 1900.

EPISCOPADO BRASILEIRO. ***Pastoral collectiva dos bispos da Provincia Ecclesiastica Memorial do Brasil*: ao clero e fieis o resultado das conferencias dos mesmos no Sanctuario da Apparecida de 1 a7 de setembro 1904.** Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1904.

EPISCOPADO BRASILEIRO. **Pastoral Collectiva dos Senhores Acebispos e Bispos das províncias Ecclesiasticas de S. Sebastião do Rio de Janeiro e Mariana: comunicando ao clero e fieis o resultado das conferencias do mesmos, no Seminario Archiepiscopal de Marianna**. Rio de Janeiro: TYPOGRAPHIA LEUZINGER, 1907.

EPISCOPADO BRASILEIRO. **Pastoral Collectiva dos Senhores Acebispos e Bispos das províncias eclesiásticas de S. Sebastião do Rio de Janeiro, Mariana, S. Paulo, Cuyabá e Porto Alegre: comunicando ao clero e aos fieis o resultado das Conferencias dos mesmos realizadas na cidade de S.Paulo de 25 de setembro a 10 de outubro de 1910.** Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1911.

EPISCOPADO BRASILEIRO. **Pastoral Collectiva dos Senhores Arcebispos e Bispos das províncias eclesiásticas de S. Sebastião do Rio de Janeiro, Mariana, S. São Paulo, Cuyabá e Porto Alegre: comunicamos ao clero e aos fieis o resultado das conferencias episcopais realizadas na cidade de Nova Friburgo de 12 a 17 de janeiro de 1915.** Rio de Janeiro: Typ. Martins de Araujo & C., 1915.

EPISCOPADO BRASILEIRO. **Carta Pastoral do Epsicopado Brasileiro ao Clero e aos Fieis de suas Dioceses por Occasião do Centenario da Independendencia 1922**. Rio de Janeiro: Typ. Martins de Araujo & C., 1922.

EPISCOPADO BRASILEIRO. **Pastoral Coletiva dos Exmos. E Revmos. Snrs. Arcebispo e Bispos da Província Ecclesiastica da Parahiba do Norte ao Cabido, Clero e aos Fieis de suas Dioceses sobre As Bases fundamentaes da Sociedade**. PARAHYBA: Typ. d'A IMPRENSA,1927.

FIGUEIREDO, Jackson de. **A REACÇÃO DO BOM SENSO**. Rio de Janeiro: ANNUARIO DE BRASIL, 1922.

FIGUEIREDO, Cândido. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 2013.

FIGUEIREDO, Jackson de. **Do Nacionalismo na hora presente**. Rio de Janeiro: Edição da Livraria Católica, 1921.

LIMA, Alceu Amoroso. **Retrospecto**. São Paulo: Anhembi, 1951.

LOBO, Aristides. ***Cartas do Rio: ACONTECIMENTO ÚNICO*, de 15 de novembro de 1889**. Disponível em: https://imagensehistoria.wordpress.com/tema-1-republica-velha/carta-de-aristides-lobo/. Acesso em 05/11/2020.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da Lingua Brasileira**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.